

ANNA CRISTINA ANDRADE FERREIRA

**O DESCUIDO DE SE TOMBAR:
A importância da paisagem cultural dos engenhos de cachaça e rapadura
como patrimônio do município de Areia.**



João Pessoa, julho de 2010



**O descuido de se tombar:
A importância da paisagem cultural dos engenhos de
cachaça e rapadura como patrimônio do município de Areia.**
Anna Cristina Andrade Ferreira

ANNA CRISTINA ANDRADE FERREIRA

**O DESCUIDO DE SE TOMBAR:
A importância da paisagem cultural dos engenhos de cachaça e rapadura
como patrimônio do município de Areia.**

João Pessoa, julho de 2010



O descuido de se tombar:
A importância da paisagem cultural dos engenhos de
cachaça e rapadura como patrimônio do município de Areia.
Anna Cristina Andrade Ferreira

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Centro de Tecnologia – CT

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU

Anna Cristina Andrade Ferreira

**O DESCUIDO DE SE TOMBAR:
A importância da paisagem cultural dos engenhos de cachaça e rapadura
como patrimônio do município de Areia.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof^ª. Dr.^ª Maria Berthilde de Barros Lima e Moura Filha

Área de Concentração: História da Arquitetura e do Urbanismo

Linha de Pesquisa: Projeto e Memória

João Pessoa, julho de 2010.



F383d Ferreira, Anna Cristina Andrade.

**O descuido de se tombar: a importância da paisagem cultural dos
engenhos de cachaça e rapadura como patrimônio do município de Areia /
Anna Cristina Andrade Ferreira. -- João Pessoa: [s.n.], 2010.**

197 f.: il

*Orientadora: Maria Berthilde de Barros Lima e Moura Filha.
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CT.*

*1.Patrimônio histórico. 2.Paisagem cultural. 3.Engenhos –
Areia(PB).*



O descuido de se tombar:
A importância da paisagem cultural dos engenhos de
cachaça e rapadura como patrimônio do município de Areia.
Anna Cristina Andrade Ferreira

**“O DESCUIDO DE SE TOMBAR: A IMPORTÂNCIA DA PAISAGEM
CULTURAL DOS ENGENHOS DE CACHAÇA E RAPADURA COMO
PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE AREIA”**

Por

Anna Cristina Andrade Ferreira

Dissertação aprovada em 27 de setembro de 2010

Período Letivo: 2010.1

**Prof. Dr. Maria Berthilde de Barros Lima E Moura Filha – UFPB
Orientadora**

**Profa. Dra. Doralice Sátyro Maia – UFPB
Examinador Interno**

**Prof. Dr. Rafael Winter Ribeiro – UFRJ
Examinador Externo**

João Pessoa-PB
2010



O descuido de se tomar:
A importância da paisagem cultural dos engenhos de
cachaça e rapadura como patrimônio do município de Areia.
Anna Cristina Andrade Ferreira

A todos aqueles que participaram e foram testemunhas da
história dos Engenhos de cachaça e rapadura de Areia/PB,
que preservam sua paisagem e mantêm viva sua tradição.
Dedico.



Meus Agradecimentos

A Deus;

Aos meus pais e irmãos, pela vida, pelo carinho e pelo apoio com que sempre pude contar;

A Tito, pelo apoio e companhia;

Ao restante de minha família pelo apoio e compreensão;

À D. Tais e Dr. Milton por se tornarem minha segunda família e pelo apoio de sempre;

À Berthilde pela sabedoria compartilhada, e a orientação nos momentos de desespero;

Aos professores Rafael Winter e Doralice Sátyro por ajudarem a melhorar o meu trabalho e enriquecer o meu aprendizado;

À Christiane e Carla Gisele pela paciência, sabedoria e amizade;

À Anna Maria pela amizade, companhia, paciência, apoio, livros emprestados, carões, conversas, discussões e um ombro;

À Rafaela Mabel, Maria Helena, Jussara e Mércia, por serem ótimas e pelo conhecimento e bibliografia compartilhados;

A Dimitri, Manuela, Manoel, Vladimir, Rui e Eduardo meus colegas queridos durante a realização do PPGAU;

A Naudiney pela pesquisa cedida, conselhos e amizade;

A Juliano Carvalho pelos trabalhos cedidos;

Aos coordenadores e professores do PPGAU/UFPB pelo aprendizado e as conversas motivadoras;

A Sinval pelos problemas resolvidos;

Ao REUNI pela bolsa de mestrado;

Aos colegas do PPGG e PPGH com quem tive o prazer de compartilhar a sala de aula e muito me ajudaram nas questões geográficas e históricas;

Ao senhor Ariosvaldo Barreto por me acompanhar durante as visitas aos engenhos e pela paciência com que respondeu às minhas perguntas e curiosidades;



Ao senhor Josenildo Quirino por me acompanhar durante as visitas aos engenhos e pelas valiosas informações coletadas;

À Maria José, funcionária do Museu do Brejo Paraibano, e aos proprietários dos engenhos visitados em Areia/PB, pelo carinho com que me receberam, a boa vontade com que responderam minhas perguntas e a permissão para fotografar suas propriedades;

A Umbelino Peregrino, Eliane de Castro e todas as pessoas que fazem parte, ou já fizeram, da Superintendência do IPHAN na Paraíba, pelos ensinamentos e carinho de sempre;

A Hilário, Rachel, Rudson e Roque por me auxiliarem nas pesquisas no Arquivo Central do IPHAN, e pela companhia durante a estadia no Rio de Janeiro/RJ;

Aos arquitetos Carlos Fernando de Moura Delphim e Sergio Treitler, da Coordenação-Geral de Patrimônio Natural e Paisagem Cultural do IPHAN, pela atenção, informações, textos e livros cedidos;

Aos funcionários da Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência do IPHAN pelo carinho, atenção e informações compartilhadas;

Aos meus colegas da turma 2007 do Programa de Especialização em Patrimônio, pela amizade, ensinamentos e companheirismo;

Às pessoas que me atenderam e me cederam material de pesquisa na FUNASA, SUDEMA, INTERPA, IBGE, IHGP, CERAL e UFPB, além dos arquivos e bibliotecas visitados;

Às minhas amigas e amigos antigos, pelo companheirismo de uma vida inteira, e aos novos, pelo que vivemos e vamos viver juntos;

Enfim, a todas as pessoas envolvidas diretamente ou indiretamente na realização deste trabalho, que contribuíram e me ajudaram de alguma forma, o meu muito obrigada.



Resumo

Esta dissertação visa investigar a importância do município de Areia, na Paraíba, enquanto uma paisagem cultural formada pela junção de seu meio urbano e rural. A cidade de Areia é um dos mais recentes sítios urbanos a receber a alcunha de Patrimônio Histórico Nacional, tendo seu tombamento homologado no ano de 2006, devido a sua importância histórica, arquitetônica, urbanística e paisagística. Se distinguindo, principalmente, por sua implantação urbana e expansão acompanhando o cume da Serra da Borborema. Porém, a proteção patrimonial privilegiou apenas a salvaguarda do núcleo urbano, sendo a paisagem renegada a “moldura” da cidade. No entanto, o que se percebe revendo a história do município é que a paisagem, formada principalmente por sua área rural, sobretudo os engenhos de cachaça e rapadura, configura um patrimônio cultural tão ou mais importante que o urbano. O crescimento e desenvolvimento do município têm se baseado na agricultura, e atravessou diversos períodos econômicos ao longo de sua história: algodão, cana-de-açúcar, café, agave e pecuária, mas, dentre todas essas culturas, a cana-de-açúcar tem se comportado como aquela intermitente, que nunca foi totalmente abandonada. Assim sendo, foram os engenhos de cachaça e rapadura que delinearão seu crescimento, influenciando diretamente os aspectos sociais, econômicos, urbanos e culturais de Areia, e reforçando sua tradição como município produtor de cachaça e rapadura. O conjunto de formas diferentes de patrimônio que compõe a paisagem dos engenhos – a arquitetura, as características ambientais, o patrimônio imaterial – auxiliaram na formação e transformação da paisagem do município, e em suas características urbanas e culturais. Todas essas questões levam a refletir sobre a importância dos engenhos para a história e a cultura do município e a necessidade de se promover a salvaguarda destes, enquanto documentos importantes na preservação da identidade cultural de Areia.

Palavra-chave: Paisagem Cultural, Patrimônio Histórico, Engenho, Cidade de Areia.



Abstract

This study aims to investigate the importance of the city of Areia, Paraíba, as a cultural landscape formed by the junction of its urban and rural. The City of Areia is one of the newest urban sites to receive the title of National Heritage, with its tumbling approved in 2006, due to its historical, architectural, urban and landscape importance. It is distinguished primarily by their location and urban expansion following the ridge of the Serra Borborema. However, the favored asset protection only to safeguard the urban core, with the landscape denying the "frame" of the city. However, what is perceived by reviewing the history of the city is the landscape, formed mainly by their rural area, especially the mills of "cachaça" and "rapadura", sets up a cultural heritage as or more important than the urban. The growth and development of the city have been based on agriculture, and through different economic periods throughout its history: cotton, sugar cane, coffee, agave and cattle breeding, but out of all these crops, the sugar cane has behaved like that intermittent, never totally abandoned. Thus, were the engines of "cachaça" and "rapadura" which outlined its growth, influencing directly the social, economic, urban and cultural Areia, and strengthening its tradition as producing city of "cachaça" and "rapadura". The set of different forms of assets that comprise the landscape of the mills - the architecture, environmental characteristics, the intangible heritage - assisted in the configuration and transformation of the landscape of the city, and urban and cultural characteristics. All these issues lead to reflect on the importance of the mills to the history and culture of the city and the need to promote their safeguarding, while important documents in preserving the cultural identity of Areia.

Keyword: Cultural Landscape, Historic Heritage, Mill, Areia City.



Lista de Figuras

Figura 1 Ocupação da Capitania da Paraíba em 1634	37
Figura 2 Ocupação da Paraíba em 1640	40
Figura 3 Mapa da ocupação da Capitania da Paraíba em 1700	42
Figura 4 Ocupação territorial nos séculos XVI, XVII e XVIII	44
Figura 5 Microrregiões do estado da Paraíba	45
Figura 6 Ocupação inicial de Areia em 1701	46
Figura 7 Mapa da ocupação da Capitania da Paraíba em 1766	47
Figura 8 Vista aérea da cidade de Areia	48
Figura 9 Ocupação de Areia em 1801	50
Figura 10 Ocupação posterior, em 1821	50
Figura 11 Teatro Minerva	52
Figura 12 Ocupação de Areia em 1847	53
Figura 13 Aspecto da rua central ao final do século XIX e início do XX	54
Figura 14 Casa de comércio no início do século XX	54
Figura 15 Mapeamento das propriedades rurais de Areia	59
Figura 16 Plantação de cana-de-açúcar no Engenho Bujari	60
Figura 17 Estado de conservação atual das instalações da Usina Santa Maria	62
Figura 18 Engenho Várzea do Quati	62
Figura 19 Implantação de um condomínio na zona rural de Areia	63
Figura 20 Barragem Pau-Ferro e casa grande do Engenho Escarlata II	64
Figura 21 Implantação do Engenho Marés	66
Figura 22 Implantação do Engenho Jardim	67
Figura 23 Vista aérea do Engenho Santa Helena	68
Figura 24 Bagaceira no Engenho Mandaú	69
Figura 25 Depósito no Engenho Vaca Brava de Baixo	69
Figura 26 Casa de farinha no Engenho Buraco	69
Figura 27 Fábrica do Engenho Ipueira	70
Figura 28 Fábrica do Engenho Cachoeira	71
Figura 29 Fábrica do Engenho Santa Helena	71



Figura 30 Fábrica do Engenho Fechado	71
Figura 31 Fábrica do Engenho Vaca Brava de Baixo	72
Figura 32 Casa-Grande do antigo Engenho Escarlata II	72
Figura 33 Casa-Grande do Engenho Ipueira	73
Figura 34 Casa-Grande do Engenho Quati I	73
Figura 35 Casa-Grande do antigo Engenho Ipueira de Oswaldo Pina	73
Figura 36 Casa-Grande do Engenho Várzea do Quati	74
Figura 37 Casa-Grande do Engenho Fechado de Cima	74
Figura 38 Casa-Grande e capela do Engenho Buraco	74
Figura 39 Capela no Engenho Ipueira São João	75
Figura 40 Capela no antigo Engenho Macaíba	75
Figura 41 Capela no antigo Engenho Saburá	75
Figura 42 Mapa hidrográfico do município de Areia	76
Figura 43 Mapa topográfico do município de Areia	77
Figura 44 Vista da implantação do Engenho Ipueira	78
Figura 45 Fabricação artesanal da rapadura no Engenho Bujari	79
Figura 46 Fabricação artesanal da rapadura no Engenho Bujari	79
Figura 47 Fabricação artesanal da rapadura no Engenho Bujari	79
Figura 48 Rapadura embalada com palha da bananeira, Engenho Santa Helena	79
Figura 49 Cidade de Congonhas do Campo/MG	82
Figura 50 Cidade de Ouro Preto/MG	85
Figura 51 Cidade de Paraty/RJ	87
Figura 52 Cidade de Areia/PB	88
Figura 53 Casa e Capela do Engenho São Miguel das Almas	91
Figura 54 Casa e capela do Engenho Freguesia	92
Figura 55 Casa, capela e sobrado da Fazenda Acauã	93
Figura 56 Vista aérea do Museu da Rapadura, antigo Engenho da Várzea	94
Figura 57 Capela da Fazenda Borda do Campo	97
Figura 58 Casa da Fazenda Borda do Campo	97



Sumário

Introdução	2
Capítulo I: A proteção do patrimônio rural enquanto paisagem cultural	12
1.1. Do Monumento ao Patrimônio Cultural: uma revisão conceitual	12
1.2. A revisão do conceito de patrimônio no Brasil: do excepcional à paisagem cultural	18
1.3. O patrimônio rural enquanto patrimônio cultural e paisagístico	24
1.4. A paisagem cultural e sua proteção	27
Capítulo II: Ocupação do Brejo Paraibano e formação da cidade de Areia	35
2.1. Açúcar – da Zona da Mata ao Brejo	35
2.2. Areia: da formação urbana a um patrimônio reconhecido	45
2.3. A paisagem cultural de Areia	57
2.4. O patrimônio não reconhecido de Areia	64
Capítulo III: O descuido de se tombar	81
3.1. A proteção de Sítios Urbanos e Paisagens no Brasil	81
3.2. A proteção do patrimônio rural no Brasil	90
3.3. A proteção da paisagem cultural de Areia	98
Conclusão	100
Referências Bibliográficas	101
Apêndices	
Anexos	



Introdução

Este trabalho visa demonstrar a importância da paisagem cultural formada pelos engenhos de cachaça e rapadura do município de Areia, na Paraíba, enquanto patrimônio histórico e cultural.

A cidade de Areia é um dos mais recentes sítios urbanos a receber a alcunha de Patrimônio Histórico Nacional, tendo seu tombamento homologado no ano de 2006¹, devido a sua importância histórica, arquitetônica, urbanística e paisagística. Ela se distingue principalmente pela implantação urbana e expansão acompanhando o cume da Serra da Borborema, com ruas sinuosas.

No ano de 2002 a Associação Amigos de Areia – AMAR encaminhou uma solicitação ao IPHAN, que procedeu a elaboração da instrução de tombamento da cidade, documento onde são apresentados os dados da localidade e as justificativas que a fazem merecer o título de patrimônio nacional, além do parecer do órgão de proteção, que deu início ao Processo N° 1489-T-02, e levou ao tombamento do núcleo urbano de Areia, homologado no ano de 2006.

A área tombada, e entorno, privilegiou a proteção do núcleo urbano, sendo a paisagem mencionada, apenas, enquanto entorno da cidade, como consta em sua instrução de tombamento: “*a paisagem que emoldura o meio físico credita indubitavelmente qualidades ambientais singulares a cidade de Areia*” (IPHAN, 2004, p. 32-33). No entanto, o que se percebe, revendo a história do município, é que a paisagem, formada, principalmente, por sua área rural, sobretudo os engenhos de cachaça e rapadura, configura um patrimônio cultural tão ou mais importante que a área urbana e seus bens arquitetônicos, cujo conjunto, urbano e rural, pode ser classificado como uma paisagem cultural por agregar valores materiais e imateriais, transformando o meio natural.

Diante desta constatação, a questão norteadora desta pesquisa foi: **A paisagem cultural dos engenhos de cachaça e rapadura do município de Areia configura um bem a ser protegido como patrimônio cultural?**

Segundo Carl SAUER (2004, p. 59) “*A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural o meio, a*

¹Areia teve seu núcleo urbano reconhecido como patrimônio estadual, através do Decreto n°. 8.312, de 8 de dezembro de 1979, e em 2006 seu centro histórico foi tombado como patrimônio histórico nacional, através do Processo de Tombamento N° 1489-T-02.



paisagem cultural, o resultado”. Assim, a paisagem cultural é uma porção do território cujas características expressam a ação do homem sobre o meio natural, e vice-versa, ou seja, é a ligação entre elementos naturais e culturais, onde o homem transforma a natureza, e ao mesmo tempo, precisa adaptar-se a ela.

Para entender a importância da paisagem de Areia é preciso conhecer algumas das características do sítio. O atual município está localizado na microrregião do Brejo Paraibano, implantado no lado oriental do relevo íngreme da serra da Borborema, e toda sua área urbana se encontra a cerca de 620 metros de altitude, com as ruas acompanhando as curvas da serra onde foi implantada a cidade. Essa condição faz com que Areia seja circundada por um cinturão verde formado pelos vales e várzeas, onde se encontram, quase sempre, as plantações de cana-de-açúcar, e pelos morros cobertos por áreas de pasto ou áreas reflorestadas.

As características físicas de Areia foram favoráveis à implantação dos engenhos de cana-de-açúcar, devido ao seu clima úmido, com precipitações médias anuais em torno de 1250 mm e temperatura média oscilando entre 24°C e 25°C. O município é banhado pela bacia do rio Mamanguape e seus afluentes são os responsáveis pela formação de estreitas várzeas onde os engenhos eram implantados (ALMEIDA, 1994, p. 15).

Sua ocupação teve início no século XVII², inicialmente servindo como pouso de tropeiros, que logo se torna uma pequena povoação com a chegada de colonizadores e comerciantes no interior da Capitania da Paraíba (ALMEIDA, 1958, p. 31; MORAES, 2008, p. 12). Embora a atividade comercial tenha tido um papel importante no crescimento e desenvolvimento da cidade, o município tem sua economia baseada na agricultura, e atravessou diversos períodos econômicos ao longo de sua história: algodão, cana-de-açúcar, café, agave e pecuária, mas, dentre todas essas culturas, a cana-de-açúcar tem se comportado como uma cultura intermitente, que nunca foi totalmente abandonada, assim, foram os engenhos de cachaça e rapadura que delinearão seu crescimento, influenciando diretamente os aspectos sociais, econômicos, urbanos e culturais de Areia, e reforçando sua tradição como município produtor de cachaça e rapadura.

A princípio, a realização desta pesquisa tinha o intuito de caracterizar os engenhos localizados em Areia, pré-inventariando uma parcela destes, e demonstrando a relação destes com o meio natural através do conceito de paisagem cultural. Porém, com o início da pesquisa

²A história de Areia, sobretudo a conquista de seu território, sua ocupação urbana e a influência da área rural, serão melhor explorados nos subitens 2, 3 e 4 do Capítulo II deste trabalho.



bibliográfica, surge a inquietação de entender porque o tombamento havia se limitado à área urbana da cidade se esta possuía um patrimônio rural tão importante para sua história? Esta inquietação incide não só sobre o tombamento como patrimônio nacional, homologado em 2006, mas também sobre o tombamento estadual que protegia o perímetro da cidade desde o final da década de 1970.

Essa preocupação tomou uma proporção maior com o início da pesquisa de campo realizada entre os meses de janeiro e maio de 2009, quando houve um contato com os engenhos, os elementos paisagísticos e culturais que os compunham e as pessoas que viviam naquela realidade. Visitando estes engenhos certificamos que o patrimônio rural não pode ser estudado enquanto arquitetura apenas, ele transcende o fato de ser um conjunto de instalações funcionais. No caso dos engenhos, a relação da arquitetura com a natureza, as questões sociais, econômicas e, principalmente, as questões culturais é indissociável.

Na problematização do objeto de estudo, podemos verificar mudanças em todos os tipos de patrimônio que compõem aquela paisagem.

Quanto à arquitetura, o que chamou a atenção foram as mudanças ocorridas com os engenhos no decorrer do século XX, sobretudo as demolições, sem o acompanhamento dos órgãos de proteção do patrimônio histórico, causando perdas a um patrimônio tão rico.

Com relação à paisagem natural, uma das alterações mais significativas tem sido a substituição de áreas de canavial por cercados de pasto, pois a pecuária tem ganhado cada vez mais espaço na região, substituindo a agricultura em algumas propriedades.

Atualmente, outro fator verificado, quanto às relações sociais, é a diminuição do número de casas de moradores nos engenhos. O que se vê são propriedades que possuíam diversas casas de moradores, e hoje, devido às exigências trabalhistas e a baixos salários, não dispõem mais do que duas ou três. Essas casas, que normalmente ficavam afastadas da casa-grande e perto das áreas de plantio, são elementos importantes dos engenhos, pois eram construídas para abrigar os trabalhadores, que ocupavam uma pequena porção da propriedade onde trabalhavam no cultivo da cana.

A diminuição do número de moradores indica, ainda, uma perda cultural imaterial significativa, primeiramente no que diz respeito à fabricação da rapadura, que é feita de forma artesanal e “intuitiva” por um mestre rapadureiro e seus auxiliares, responsável por dar o “ponto do melado no olho”, ofício passado de geração a geração que vem sendo abandonado pelos mais jovens, que preferem migrar para a área urbana em busca de empregos. E uma



perda maior em relação às manifestações culturais praticadas por essas pequenas comunidades que viviam nos engenhos, como festas religiosas, bandas de pífano e coco de roda, até as cantigas que eram entoadas pelos mestres rapadureiros durante o preparo da rapadura, que vem se perdendo com o tempo e a falta de registros (ALMEIDA, 1958, p. 106).

Esse conjunto de formas diferentes de patrimônio que compõe a paisagem dos engenhos – a arquitetura, as características ambientais, o patrimônio imaterial na fabricação da rapadura e nas festividades, os fatores econômicos e sociais – auxiliaram na formação e transformação da paisagem do município, e em suas características urbanas e culturais. Todas essas questões levam a refletir sobre a importância dos engenhos para a história e a cultura do município e a necessidade de se promover a salvaguarda destes, enquanto documentos importantes na preservação da identidade cultural de Areia.

Assim, foram detectados os assuntos que deveriam ser contemplados pela bibliografia:

- ✓ A preservação do patrimônio histórico e cultural;
- ✓ A paisagem cultural e o patrimônio rural;
- ✓ Os engenhos de cana-de-açúcar e sua relação com o município de Areia, o Brejo Paraibano e a Paraíba;
- ✓ A história de Areia e os fatores considerados para o tombamento da cidade.

Para um entendimento mais aprofundado sobre a preservação do patrimônio cultural, seus instrumentos de proteção e legislação, foi necessário traçar a trajetória da preocupação patrimonial, assim, Françoise CHOAY (2001) balizou o início dos trabalhos de pesquisa. Algumas obras de Maurice HALBWACHS (2006) e Jacques LE GOFF (2003), também foram importantes nesta fase dos trabalhos, pois, se a proteção patrimonial se volta para a preservação da memória, seria necessário buscar o seu significado. Esclarece LE GOFF que “a memória é um glorioso e admirável dom da natureza, através do qual reevocamos as coisas passadas, abraçamos as presentes e contemplamos as futuras, [...]” (LE GOFF, 2003, p. 447).

As cartas patrimoniais foram essenciais para se entender a evolução do conceito de patrimônio cultural e os instrumentos empregados na sua preservação. A pesquisa se balizou na Carta de Veneza (1964), por ser considerado o primeiro documento que propõe uma proteção patrimonial para além do edifício isolado. A partir dela foram analisados outros documentos que tratam da preservação das cidades e sítios, como a Recomendação de Paris,



(1972), o Manifesto de Amsterdã (1975) e a Recomendação de Nairóbi (1976), visando entender como se deu a ampliação do conceito de patrimônio cultural até se chegar ao conceito de paisagem cultural.

Ao adentrar na questão da preservação do patrimônio histórico no Brasil, Maria Cecília L. FONSECA (2005) e Maria Cristina R. SIMÃO (2006) foram importantes para o entendimento de como se deu o início da preocupação com o patrimônio nacional brasileiro, e como a proteção se voltava, quase que exclusivamente, para a preservação do patrimônio edificado, tendo em consideração o valor estético e excepcional do bem.

A criação do primeiro documento legal de proteção do patrimônio histórico e cultural, o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, torna mais claro essa inclinação à proteção arquitetônica, sobretudo por este instituir o tombamento como instrumento de salvaguarda.

Essa proteção voltada ao patrimônio construído fará com que, ao longo do século XX, outros tipos de legislação precisem ser criados para abarcar a proteção das outras categorias de patrimônio. Esse é o caso do Decreto Legislativo nº 3 (1948) para a proteção da fauna e da flora, e da Lei 3.924 de 26 de julho de 1961 que protege o patrimônio arqueológico e pré-histórico, e a Constituição Federal de 1988, que inclui no conceito de patrimônio as categorias excluídas pelo Decreto Lei 25. Mas embora esta garantisse a proteção do patrimônio imaterial, de fato, um instrumento de proteção que pudesse ser aplicado a esse tipo de bem surge com a criação do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial.

A partir daqui a bibliografia se volta para o foco principal da pesquisa, a proteção de paisagens culturais. O autor que norteou essa pesquisa foi Rafael Winter RIBEIRO (2007), que demonstra como a categoria de paisagem cultural pode ser aplicada na classificação de um bem como patrimônio histórico. A partir de suas referências, foram pesquisadas as obras dos geógrafos Carl SAUER (1925), Denis COSGROVE (1986) e Augustin BERQUE (1984), com o intuito de apreender o conceito de paisagem e paisagem cultural.

Sobre a preservação da paisagem cultural recorreu-se às cartas patrimoniais elaboradas recentemente, a Carta da Serra da Bodoquena (2007) e Carta de Bagé (2007), ambas configuram os primeiros documentos nacionais a tratar especificamente da categoria de paisagem cultural. Com a criação, em 2009, da Chancela da Paisagem Cultural, a proteção desse patrimônio passa a ser uma ação conjunta, ou seja, ao se aplicar a chancela deveria ser criado um acordo de proteção entre o órgão de proteção patrimonial, o poder executivo local e



os órgãos de proteção ambiental, visando garantir a preservação de todos os aspectos que compõem esse patrimônio.

Na pesquisa sobre a influência dos engenhos na ocupação do território paraibano foram utilizadas quatro obras principais, Berthilde MOURA FILHA (2005), Juliano CARVALHO (2008), Carla Gisele MORAES (2008) e Christiane SARMENTO (2007),

Com relação aos engenhos de cana-de-açúcar e sua relação com Areia, a obra de Horácio de ALMEIDA (1958) foi essencial para entender a relação entre o município e a cana-de-açúcar. Outra obra de extrema importância foi Antonio Augusto de ALMEIDA (1994) que elaborou um pré-inventário dos engenhos de Areia.

Outros autores ajudaram a delinear a importância dos engenhos para a formação cultural de Areia, a exemplo de Reinaldo de OLIVEIRA SOBRINHO (1958), Fernando Tasso PIRES (1994), Emília MOREIRA (1997), Marusia JAMBEIRO (1973), Leiliam DANTAS (2007), Ivan CAVALCANTI FILHO (2007).

Para reforçar a pesquisa documental, foram analisados alguns processos de tombamento de núcleos urbanos, pesquisados no arquivo central do IPHAN, no Rio de Janeiro – RJ. Dentre eles destaca-se o de Ouro Preto - MG (Processo de Tombamento Nº 70-T-38), Parati – RJ (Processo de Tombamento Nº 563-T-57), e Congonhas – MG (Processo de Tombamento Nº 0238-T-41), que juntamente com o processo de tombamento de Areia exemplificaram formas diferentes de proteção aplicadas a cidades. Também foram analisados os tombamentos de alguns bens que possam ser considerados “patrimônio rural”, visando entender como vem sendo pensada sua preservação.

Para concretização da pesquisa foi necessária a realização de trabalhos de campo. Assim, entre os meses de janeiro e maio de 2009, de acordo com o quadro 1, foram realizadas visitas às propriedades rurais onde existem ou existiram engenhos. Infelizmente, não foi possível a realização de entrevistas em todas as propriedades visitadas, devido à ausência dos proprietários, e/ou a negação em concedê-las, por parte destes ou de funcionários. Algumas propriedades precisaram ser revisitadas para realização das entrevistas ou complementação de alguns dados.

A estruturação do trabalho de campo se baseou, em parte, no método morfológico elaborado por SAUER, no que diz respeito a observação dos aspectos que formam a paisagem



cultural e estão além do alcance do olhar. Além disso, ele salienta que a paisagem pode sofrer mudanças através da substituição da cultura, o que tem ocorrido com os engenhos de Areia.

A paisagem cultural então é sujeita à mudanças pelo desenvolvimento da cultura ou pela substituição de culturas. A linha de dados a partir da qual a mudança é medida, tornando-se a condição natural da paisagem. A divisão de formas naturais e culturais é a base necessária para determinar a importância da área e o caráter da atividade humana (SAUER, 2004, p. 43).

Quadro 1. Propriedades rurais onde foram realizados os trabalhos de campo.

Nº	Nome da Propriedade	GPS	Entrevista	Ficha	Fotos	Data	Arquivo de Áudio	Atividade atual
1	Várzea	OK	OK	OK	OK	28/12/2008 ³	NÃO	Museu do Brejo Paraibano
2	Chã de Alagoinha	OK	OK	OK	OK	28/12/2008	NÃO	Engenho
3	Vaca Brava de Baixo	OK	OK	OK	OK	15/01/2009	OK	Engenho/ Fazenda
4	Vaca Brava do Meio	OK	OK	OK	OK	15/01/2009	OK	Fornecimento de cana-de-açúcar/ Fazenda
5	Vaca Brava de Cima	OK	OK	OK	OK	15/01/2009	OK	Engenho/ Fazenda
6	Escarlate II (Barragem Pau-Ferro)	OK	NÃO	OK	OK	15/01/2009	NÃO	Submerso pela Barragem Pau-Ferro
7	Tapuio	OK	OK	OK	OK	22/01/2009	OK	Engenho/ Fazenda
8	Triunfo	OK	OK	OK	OK	22/01/2009	OK	Engenho/ Fazenda
9	Mineiro	OK	OK	OK	OK	22/01/2009	OK	Engenho/ Fazenda
10	Gameleira	OK	OK	OK	OK	22/01/2009	OK	Engenho/ Fazenda
11	Várzea do Quati	OK	OK	OK	OK	22/01/2009	OK	Engenho/ Fazenda
12	Bela Vista	OK	OK	OK	OK	12/02/2009	OK	Engenho
13	Jussara	OK	OK	OK	OK	12/02/2009	OK	Engenho
14	Mandaú	OK	OK	OK	OK	12/02/2009	OK	Engenho
15	Santo Antonio	OK	OK	OK	OK	12/02/2009	OK	Engenho
16	Ipueira (Ruína)	OK	NÃO	OK	OK	12/02/2009	NÃO	Abandonado
17	Quati I	OK	OK	OK	OK	12/02/2009	OK	Engenho
18	Carro	OK	OK	OK	OK	19/02/2009	OK	Engenho
19	Buraco	OK	NÃO	OK	OK	19/02/2009	NÃO	Fazenda
20	Cachoeira	OK	OK	OK	OK	19/02/2009	OK	Engenho
21	Monte Alegre (Quati III)	OK	OK (12/02/2009)	OK	OK	19/02/2009	OK	Engenho
22	Bujari	OK	OK	OK	OK	05/03/2009	OK	Engenho/

³O Museu do Brejo Paraibano (Engenho da Várzea) e o Engenho Chã de Alagoinha foram visitados antes do início das pesquisas de campo com uso da metodologia elaborada. O primeiro não foi revisitado por já haver informações suficientes sobre ele, sendo o tempo direcionado para aqueles ainda não conhecidos. O segundo não foi revisitado devido ao falecimento do proprietário, fato que dificultou o acesso à propriedade.



23	São Patrício	OK	OK (10/03/2009)	OK	OK	05/03/2009	OK	Fazenda Fazenda
24	Santa Tereza	OK	OK	OK	OK	05/03/2009	OK	Fazenda
25	Ipueira São João	OK	OK	OK	OK	05/03/2009	OK	Engenho
26	Ipueira Oswaldo Pina	OK	OK	OK	OK	19/03/2009	OK	Fazenda
27	Santa Helena	OK	OK	OK	OK	19/03/2009	OK	Engenho
28	Barra do Salgado	OK	NÃO	OK	OK	19/03/2009	NÃO	Engenho/ Fazenda
29	Usina Santa Maria	OK	NÃO	OK	OK	19/03/2009	NÃO	Assentamento/ Distrito
30	Saburá	OK	OK	OK	OK	15/04/2009	OK	Fazenda
31	Saboeiro	OK	NÃO	OK	OK	15/04/2009	NÃO	Engenho
32	Várzea Nova (Sta. Izabel)	OK	OK	OK	OK	15/04/2009	OK	Fazenda
33	Jussarinha (Assentamento)	OK	NÃO	OK	OK	15/04/2009	NÃO	Assentamento
34	Ipueira	OK	OK	OK	OK	29/04/2009	OK	Engenho
35	Fechado de Cima	OK	OK	OK	OK	29/04/2009	OK	Engenho
36	Fechado	OK	OK	OK	OK	29/04/2009	OK	Fornecimento de cana-de- açúcar
37	Santa Irene	OK	NÃO	OK	OK	13/05/2009	NÃO	Engenho
38	Macaíba	OK	OK	OK	OK	13/05/2009	NÃO	Fazenda
39	Jardim	OK	OK	OK	OK	13/05/2009	OK	Engenho

A metodologia de pesquisa se baseou na observação e registro da paisagem dos conjuntos e das modificações ocorridas na arquitetura, na implantação dos conjuntos, no meio natural, econômico e sócio-cultural.

Para a coleta de dados foi elaborada uma *ficha sítio*, baseada em estudos realizados por ALMEIDA (1994), que utilizou como modelo as fichas do Inventário de Proteção do Acervo Cultural – IPAC/BA. Também serviu de modelo a pesquisa realizada por CARVALHO (2005), que, embora também tenha se valido da metodologia do IPAC para pesquisas arquitetônicas, elaborou uma ficha própria para avaliação dos engenhos enquanto conjunto.

Considerando as informações que precisaram ser registradas, a ficha contemplou dados de localização, implantação do conjunto edificado (croqui⁴) e o estado de conservação deste, a relação da atividade da propriedade com o meio natural e como são divididas suas áreas, a produção atual e situação econômica, e se há alguma proteção (ambiental ou patrimonial) existente, todas as informações voltadas para se tentar delinear as características da paisagem. A partir destas exigências, a metodologia que mais se adequou à realização deste trabalho foi a elaborada e utilizada por CARVALHO (2005) (Anexo A), porém foram necessárias

⁴Foram utilizados croquis elaborados e cedidos pela Divisão de Desenho da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, devido ao tempo e à falta de material adequado não foi possível a elaboração dos croquis *in loco*. Nem todas as propriedades possuem croqui, por isso algumas fichas apresentam apenas a descrição textual, localização e levantamento fotográfico.



algumas modificações, para melhor inserção e posterior avaliação dos dados obtidos, que está contido no apêndice A.

O trabalho de campo também contemplou o registro fotográfico e a marcação da localização geográfica dos engenhos com o auxílio de um GPS, posteriormente utilizados na produção de mapas.

Foram realizadas entrevistas com proprietários e/ou funcionários responsáveis pelos engenhos, visando a obtenção de dados referentes à memória cultural e à situação atual das propriedades, como as mudanças que possam ter ocorrido ao longo dos anos – demolição e/ou reconstrução, alterações como re-membramento ou desmembramento da propriedade que possam ter extinguido ou dado origem a outros engenhos – utilização do meio natural, manifestações culturais, etc. Essas entrevistas foram realizadas com o auxílio de equipamento de áudio, e posteriormente digitalizadas, para uma melhor apreciação dos dados obtidos.

A partir da problemática exposta e da pesquisa realizada foi elaborada a estruturação do corpo do trabalho, de forma que todos os dados pertinentes ao tema fossem organizados de acordo com as etapas da pesquisa.

Todas as fichas preenchidas a partir do trabalho de campo compõem o apêndice B deste trabalho, e formam um material de análise importante na realização do mesmo.

Capítulo I: A proteção do patrimônio rural enquanto paisagem cultural.

Esse capítulo situa como, ao longo dos anos, ocorre uma evolução no conceito de patrimônio histórico, partindo do bem isolado para a paisagem cultural, inclusive com a inserção de novos mecanismos de proteção. Tenta esclarecer o conceito de paisagem cultural, tomando como base as idéias e postulados de geógrafos e os documentos e recomendações sobre preservação deste bem amplo, que engloba todas as outras formas de patrimônio cultural, e discute os meios de proteção empregados em sua salvaguarda. Por último, associa o patrimônio rural ao conceito de paisagem cultural, por este ser formado por elementos materiais, arquitetônicos, naturais, e imateriais, como os saberes e tradições do folclore.

Capítulo II: A paisagem cultural de Areia



Inicialmente, procurou-se demonstrar a influência da cultura canavieira na Paraíba, sobretudo durante a ocupação do território. Posteriormente, são abordados os fatores históricos que demonstram a importância dos engenhos de cachaça e rapadura na formação urbana e cultural de Areia, na formação do seu meio rural e ocupação da área onde se insere o município, e também discute seu patrimônio arquitetônico, paisagístico e cultural enquanto patrimônio não reconhecido, se baseando no trabalho realizado em campo, e nos dados coletados durante as visitas aos engenhos.

Capítulo III: O descuido de se tomar

Ele retoma algumas das discussões levantadas no capítulo I, apontando como a ênfase dada à proteção da arquitetura nos processos de tombamento pode ser prejudicial à proteção de núcleos urbanos e bens que possam ser considerados “patrimônio rural”. Analisa o tombamento do núcleo urbano de Areia, e procura demonstrar como a importância cultural do município se estende à área rural, que juntamente com a urbana, forma um conjunto histórico importante enquanto paisagem cultural.



Capítulo I: A proteção do patrimônio rural enquanto paisagem cultural.

1.1. Do Monumento ao Patrimônio Cultural: uma revisão conceitual

Para se entender a atuação dos órgãos de preservação do patrimônio histórico e suas legislações, faz-se necessário contextualizar como surgiu a preocupação em se preservar os bens do passado como testemunhos da história. Para tanto, adotou-se uma linearidade temporal, visando mostrar, ainda, como o conceito de patrimônio vem se expandindo, englobando não só objetos materiais, mas os bens “imateriais” e da natureza.

Embora a valorização de criações humanas como objeto de preservação tenha se iniciado de forma acanhada, e partido de motivações diversas, verifica-se na atualidade que o tema tem gerado várias discussões, principalmente em relação às técnicas e posturas que devem ser adotadas para sua preservação e, conseqüentemente, para manutenção da memória coletiva.

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas (LE GOFF, 2003, p. 426).

Segundo Maurice HALBWACHS (2006, p. 41), ao se falar em memória coletiva são invocados fatos importantes para um grupo, os quais estão presentes na recordação deste grupo. Ai reside a necessidade da preservação histórica. Os bens materiais ou imateriais (vistos ou evocados) representam imagens que podem ser associadas a outras imagens, pensamentos ou sentimentos, formando um tipo de “*quadro*”, onde se reconhece o fato ou época da história (HALBWACHS, 2006, p. 55).

A memória coletiva, inicialmente mantida pelos povos através da transmissão oral, sofre transformações com o surgimento da escrita, depois com o uso de monumentos e objetos de rememoração, e, por fim, com o surgimento da fotografia e da imprensa. Todos estes elementos são utilizados como suportes da memória, auxiliando na evocação de fatos e tradições desenvolvidas ao longo da história (LE GOFF, 2003, p. 464-474).



Ao se falar em monumentos, em seu conceito inicial, eram elementos comemorativos de grandes feitos e utilizados como artifício para que a posteridade tivesse conhecimento da grandeza de determinada civilização ou governante.

O sentido original do termo monumento vem do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* (“advertir”, “lembrar”), aquilo que traz à lembrança alguma coisa. (...) não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. Nesse sentido primeiro, chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem (CHOAY, 2001, p. 18).

A partir da apreciação e utilização de bens da antiguidade como elementos de rememoração, surge o “*monumento histórico*”, fato que Françoise CHOAY (2001, p. 44) situa por volta da primeira metade do século XV. Mas só com o advento do Iluminismo são lançadas as bases da preservação dos monumentos históricos, influenciadas pelas questões geradas nesse período, quando o homem se torna o foco do conhecimento (SIMÃO, 2006, p. 24).

No final do século XVIII, tem início a apreciação dos bens do passado como representantes da nacionalidade, dando origem ao conceito de “*patrimônio histórico*”, associado à noção de herança (CHOAY, 2001, p. 83). O uso do termo patrimônio é empregado com a intenção de se desenvolver uma idéia de bem comum, que forma a riqueza moral e material da nação (ABREU, 2003, p. 30). Sendo assim, “*a noção de patrimônio se inseriu no projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional*” (FONSECA, 2005, p. 59), passando a cumprir diversas funções simbólicas, como o reforço à noção de cidadania e sua caracterização como um documento, prova material das versões oficiais da história nacional, o que justifica a preservação dos bens por possuírem um alcance pedagógico, importante na instrução dos cidadãos.

O que se vê até então, prioritariamente, é a preocupação com o patrimônio material e seus aspectos estéticos e históricos, cujo interesse se volta para as edificações monumentais, obras de arte e arqueologia, em detrimento das características das malhas urbanas antigas. Durante o século XIX surgem manifestações em defesa das cidades antigas, como exemplo tem-se os textos do inglês John Ruskin, que foi o primeiro a incluir os “*conjuntos urbanos*”, da mesma forma que os edifícios isolados, no campo da herança histórica a ser preservada, e a



alertar a opinião pública contra as intervenções que alteram a estrutura das cidades antigas (CHOAY, 2001, p. 175).

A discussão sobre a preservação da cidade ganha fôlego na virada do século XX, quando tem início o movimento moderno, e seus formadores defendem que a cidade deve oferecer segurança e salubridade à população, com áreas setorizadas e funções bem definidas (SIMÃO, 2006, p. 26). Para eles os trechos antigos da cidade, com ruas estreitas e referências do passado, deveriam persistir quando não incomodassem o avanço da modernidade, sendo essas áreas antigas consideradas setores excluídos das cidades, cuja única função seria quase museológica.

Os pressupostos desse movimento foram expostos na Carta do Urbanismo ou Carta de Atenas⁵ (a segunda com esse nome, sendo a primeira de 1931⁶). Ela levantava a questão das relações entre os monumentos antigos e a cidade (CHOAY, 2001, p. 173), expondo as condições de insalubridade das malhas antigas, frente ao aumento contínuo da população, a falta de áreas verdes e o estado das edificações antigas, que impediam a ventilação e propiciavam a proliferação de doenças. Problemas que poderiam ser resolvidos adotando-se o crescimento vertical e a elaboração de planos de urbanização, que organizassem os bairros da cidade, mesmo que significasse a destruição de suas áreas antigas (Carta de Atenas, 1933, p. 11). Uma das premissas desta carta é a setorização da cidade, que segrega as áreas antigas e propõe a preservação apenas dos exemplares de arquitetura que possuam valor significativo, e, considerando o pensamento da época, pode-se afirmar que, na maioria dos casos, a significância dos bens deveria ser medida sob o ponto de vista estético, em detrimento do histórico.

[...] Nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado. Se os interesses da cidade são lesados pela persistência de determinadas presenças insígnies, majestosas, de uma era já encerrada, será procurada a solução capaz de conciliar dois pontos de vista opostos: nos casos em que se esteja diante de construções repetidas em numerosos exemplares, algumas serão conservadas a título de documentário, as outras demolidas; em outros casos poderá ser isolada a única parte que constitua uma lembrança ou um valor real; o resto será modificado de maneira útil. Enfim, em casos excepcionais, poderá ser aventada a transplantação de elementos incômodos

⁵ Elaborada em 1933, durante o 4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna - CIAM.

⁶ A primeira Carta de Atenas foi elaborada em outubro de 1931, durante a Conferência de Atenas, e expõe os princípios gerais e as doutrinas concernentes à proteção dos monumentos. Uma de suas recomendações é a de se “*respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais*” (Carta de Atenas, 1931, p. 2), foi o primeiro documento a traçar diretrizes internacionais para proteção de monumentos históricos.



por sua situação, mas que merecem ser conservados por seu alto significado estético ou histórico (Carta de Atenas, 1933, p. 25).

Em resposta a esse movimento surge a preocupação de que a cidade antiga precisava ser trabalhada pois era, ao mesmo tempo, um documento histórico e um obstáculo à nova organização espacial da cidade moderna. Porém, na prática, os documentos de preservação ainda se voltavam para a edificação isolada, ou conjunto de construções, que apresentassem características arquitetônicas merecedoras de proteção.

De acordo com Françoise CHOAY (2001), nas primeiras décadas do século XX prevalece uma “conservação museal” da cidade, onde a “*estrutura urbana pré-industrial e sobretudo as pequenas cidades ainda quase intactas passavam a ser vistas como frágeis e preciosos vestígios de um estilo de vida original*”, que corria o risco de desaparecer e precisava ser preservado incondicionalmente, fazendo com que, em alguns casos, esses espaços fossem postos de lado ou transformados em museus (CHOAY, 2001, p. 193).

Partindo desses discursos, vê-se uma tentativa de se deslocar o foco da proteção patrimonial, que até então privilegiava o monumento isolado ou conjunto de monumentos de valor excepcional, para a malha urbana e sua morfologia de forma totalitária, mas ainda demoraria algumas décadas para que fossem elaborados documentos referentes à salvaguarda das cidades considerando todos os seus componentes.

Só na década de 1960 vão surgir dois documentos internacionais que contribuem para a ampliação do conceito de patrimônio e se voltam para questão da preservação das cidades. A primeira é a Recomendação de Paris⁷, de 1962, que trata da preservação da beleza das paisagens e sítios naturais, rurais ou urbanos, que apresentem interesse cultural ou estético, ou se apresentem como meio natural característico (Recomendação de Paris, 1962, p. 1-3). Mas o que se percebe ainda é uma ênfase no caráter estético do bem.

A segunda, a Carta de Veneza⁸, de 1964, teve o intuito de reexaminar os princípios expostos na Carta de Atenas de 1931, aprofundando-os, de acordo com a diversidade de problemas surgidos com a modernidade. Ela aponta que “*a noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um*

⁷ Elaborada durante a Décima Segunda Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris de 09 de novembro a 12 de dezembro de 1962.

⁸ A provada pelo Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, reunido em Veneza de 25 a 31 de maio de 1964.



acontecimento histórico”, e estende-se às grandes criações e as modestas, atribuindo que a conservação e restauração dos monumentos devem garantir a salvaguarda da obra de arte e também do testemunho histórico (Carta de Veneza, 1964, p. 1).

É interessante ressaltar que, embora a Recomendação de Paris fizesse menção às paisagens rurais, foi a Carta de Veneza que apontou os bens situados fora das malhas urbanas, os conjuntos rurais, como um patrimônio a ser preservado.

A Carta de Veneza combate a conservação museal da cidade ao estabelecer que a conservação dos monumentos exige manutenção permanente, e que este precisa se destinar a uma função útil à sociedade, contanto que não altere sua autenticidade. Ela procura demonstrar que o uso é uma forma importante de conservação. Ao ampliar a escala da preservação, associando a importância do monumento ao ambiente onde ele se encontra, o monumento foi visto como *“inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa. Por isso, o deslocamento de todo o monumento ou de parte dele não pode ser tolerado, exceto quando a salvaguarda do monumento o exigir [...]”* (Carta de Veneza, 1964, p. 2).

A preservação de conjuntos urbanos ganha força na década de 1970, sobretudo na Europa, com o Manifesto de Amsterdã⁹, de 1975, cujo intuito é o reconhecimento do patrimônio arquitetônico europeu enquanto herança de todos os povos, não só em relação aos monumentos de valor excepcional, mas todas as obras que reflitam os modos de vida do passado.

O patrimônio arquitetônico europeu é constituído não somente por nossos monumentos mais importantes, mas também pelos conjuntos que constituem nossas antigas cidade e povoações tradicionais em seu ambiente natural ou construído. Durante muito tempo só se protegem e restauram os monumentos mais importantes, sem levar em conta o ambiente em que se inserem. Ora, eles podem perder uma grande parte de seu caráter se esse ambiente é alterado. Por outro lado, os conjuntos, mesmo que não disponham de edificações excepcionais, podem oferecer uma qualidade de atmosfera produzidas por obras de arte diversas e articuladas. É preciso observar tanto esse conjunto quanto aqueles (Manifesto de Amsterdã, 1975, p. 2).

No ano seguinte, em 1976, é elaborada a Recomendação de Nairóbi¹⁰, que considera conjuntos históricos ou tradicionais o agrupamento de construções, inclusive as de caráter

⁹Também chamada Carta Européia do Patrimônio Arquitetônico, foi elaborada no ano do Patrimônio Europeu por mil delegados de 25 Países Europeus (ministros, arquitetos, urbanistas, eleitos locais, funcionários, representantes de associações). Adotada pelo Comitê dos Ministros do Conselho da Europa, em 26 de setembro de 1975, a Carta Européia do Patrimônio Arquitetônico foi solenemente promulgada no Congresso sobre o Patrimônio Arquitetônico Europeu, realizado em Amsterdã, de 21 a 25 de outubro de 1975.

¹⁰Elaborada durante a 19ª Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Nairóbi, de 26 de outubro a 30 de novembro de 1976, é também chamada “Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea”.



arqueológico, situadas no meio urbano ou rural, que caracterizem um assentamento humano provido de valores históricos, arquitetônico, arqueológico, paleontológico ou sócio-cultural, e o quadro natural ou construído que influencia a percepção do bem ou a ele se vincula. A preocupação dessa recomendação se volta para preservação dos conjuntos históricos numa época de crescimento do número de técnicas construtivas e formas arquitetônicas, estabelecendo que as áreas mais antigas devam se integrar à vida cotidiana, assim como as novas criações, sem que sua visibilidade e harmonia sejam alteradas (Recomendação de Nairóbi, 1976, p. 3-4).

Embora os documentos citados ampliem a noção de patrimônio histórico, eles ainda demonstram uma diferenciação entre patrimônio cultural e natural, sendo a paisagem vista como elemento coadjuvante do bem principal, o construído. Com o reconhecimento da categoria de “*paisagem cultural*” como patrimônio, há o entendimento de que alguns bens apresentam um caráter abrangente, englobando todos os outros tipos – material, imaterial e natural – sendo o resultado das diversas formas de apropriação, uso e transformação da natureza pela sociedade, e vice-versa.

O conceito de paisagem cultural foi primeiramente adotado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura – UNESCO na Convenção de 1992¹¹, com o objetivo de reconhecer as porções singulares dos territórios, onde a relação entre a cultura e a natureza confere à paisagem uma identidade própria. De acordo com Rafael Winter RIBEIRO (2007), ela teve uma conotação diferente, “*a adoção da categoria de paisagem cultural da UNESCO, em 1992, se diferenciou dessas concepções anteriores, por adotar a própria paisagem como um bem, valorizando todas as inter-relações que ali coexistem*” (RIBEIRO, 2007, p. 40-41). Nesse caso, as paisagens são consideradas testemunhos da evolução da atuação do homem sobre o solo ao longo do tempo e influências e limites impostos pelo meio à sociedade.

Assim, pode-se perceber o percurso da preservação internacional e do conceito de patrimônio histórico, com a ampliação da escala do monumento.

¹¹16ª Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Santa Fé - USA, entre 07 e 14 de dezembro de 1992.



1.2. A revisão do conceito de patrimônio no Brasil: do excepcional à paisagem cultural

No Brasil, a preocupação com a preservação do patrimônio cultural foi efetivada a partir de 1936, tendo suas raízes dentro do movimento modernista e da política cultural do Estado-Novo. Ela surge a partir da necessidade de se buscar uma cultura nacional, que expressasse uma identidade local e um sentimento de “*ser brasileiro*” (FONSECA, 2005, p. 81; SIMÃO, 2006, p. 27).

Desde a década de 1920, a visão de desenvolvimento relacionada à importação da cultura europeia estava cedendo lugar ao credo nacionalista, à busca das raízes da cultura brasileira, que passava a constituir o foco das preocupações dos intelectuais formadores do movimento moderno. Na década de 1930, a atuação desse movimento se volta para a inserção da preservação patrimonial no rol de ações do Estado (VELLOSO, *et. al.*, 2007, p. 148). Com o advento do Estado-Novo, entre 1937 e 1945, o ideal da preservação adquire contornos bem definidos: “*Se historicamente, a construção do nacionalismo vinha se constituindo em uma das preocupações fundamentais dos intelectuais, agora eles passariam a situar a sua tarefa nos domínios do Estado*” (VELLOSO, *et. al.*, 2007, p. 149).

O movimento modernista brasileiro, composto, basicamente, por poetas, escritores, artistas plásticos e arquitetos, adotou um discurso que procurava ressaltar a produção artística nacional e seu caráter cultural. Suas ações se voltaram para uma tentativa de inserção do país no rol das nações modernas e civilizadas. Foi na arte e arquitetura barroca e nos monumentos coloniais, sobretudo das cidades de Minas Gerais, que o grupo encontrou o que seria a tradição necessária para criação de uma memória nacional (SIMÃO, 2006, p. 28). Isso induziu a que, nesse primeiro momento da preservação patrimonial no Brasil, ocorresse a valorização da cultura inserida pelos colonizadores, voltadas em especial para a arquitetura, em detrimento de outras formas de manifestações artísticas e da cultura nacional, sobretudo dos índios e negros.

Assim como ocorrera na Europa, de início prevalecia a atenção aos monumentos isolados de relevante valor histórico e artístico. Contraditoriamente, a primeira ação de preservação do patrimônio histórico no Brasil foi a elevação da malha urbana da cidade de Ouro Preto à categoria de monumento nacional, em 1933. Este foi realizado considerando-se apenas o valor de excepcionalidade da sua arquitetura, mentalidade que prosseguiu, segundo Maria Cecília Londres FONSECA (2005, p. 95), até a década de 1970.



Embora no Brasil a primeira iniciativa do governo federal relativamente a proteção do patrimônio foi a elevação de Ouro Preto/MG à categoria de monumento nacional, em 12 de julho de 1933, o tombamento de núcleos históricos nos primeiros tempos foram realizados tendo em vista antes o número expressivo de bens excepcionais que neles se concentravam. Só a partir da década de 1970 há um entendimento de que a história das cidades não se resume só a sua arquitetura, mas abrange todas as adaptações feitas pelo trabalho humano sobre o ambiente (FONSECA, 2005, p. 95).

A preservação do patrimônio histórico foi legalmente sinalizada com a Constituição Federal Brasileira, de 16 de julho de 1934, cujo artigo 10 determinava ser responsabilidade da União e dos Estados, “*proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, [...]*” (BRASIL, 1934, p. 40). Porém, o primeiro documento elaborado com a finalidade de normatizar a proteção patrimonial no Brasil foi o anteprojeto escrito pelo poeta Mário de Andrade, em 1936, de onde foram retiradas as bases para criação do Decreto-Lei nº 25, promulgado em 30 de novembro de 1937, documento que regulamenta a instituição do tombamento como mecanismo de preservação e cria o primeiro órgão nacional de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (SIMÃO, 2006, p. 29).

O anteprojeto de Mário de Andrade apresenta uma definição ampla para patrimônio artístico nacional, determinando este como sendo “*todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira*”, que se enquadrem em uma das oito categorias por ele estabelecidas¹², divididas em arqueológica, ameríndia, popular, histórica, artes eruditas nacionais ou estrangeiras e artes aplicadas nacionais ou estrangeiras (ANDRADE, 1936 In: IPHAN, 2002, p. 275). Mário de Andrade procurou especificar os

¹²“*Artes arqueológicas e ameríndias*”: todas as manifestações de interesse arqueológico, e particularmente a arqueologia e etnografia ameríndia, sejam em forma de objeto – fetiches, instrumentos de caça, pesca e agricultura, uso doméstico, etc.; monumentos – jazidas funerárias, sambaquis e litógrafos, etc.; paisagens – lugares da natureza onde se nota a ação humana, como cidades, canais, aldeamentos, caminhos, grutas, etc.; e o folclore ameríndio – vocabulário, cantos, lendas, magias, medicina, culinária, etc. “*Arte popular*”: manifestações de arte pura e aplicada, sejam nacionais ou estrangeiras, que interessem à etnografia (não-ameríndia), se dividem em objetos – fetiches, cerâmica, indumentárias, etc.; monumentos – arquitetura popular, cruzeiros, capelas, jardins, etc.; paisagens – lugares agenciados pela indústria popular, vilarejos na Amazônia, morros no Rio de Janeiro, etc.; e folclore – música popular, contos, lendas, superstições, danças, provérbios, culinária, etc. “*Arte histórica*”: manifestações de arte, pura ou aplicada, nacional ou estrangeira, que refletem, contam e comemoram o Brasil e sua evolução, são: os monumentos – bens da arquitetura e estilos arquitetônicos, esculturas e pinturas, ruínas, igrejas, fortes, solares, etc.; iconografia nacional ou estrangeira – gravuras, mapas, porcelanas, etc. e o que Andrade chama de “*brasileira*” – todo e qualquer impresso ou manuscrito referente ao Brasil. “*Arte erudita nacional ou estrangeira*”: todas as manifestações artísticas, de artistas já mortos ou vivos, nacionais ou estrangeiros, que sejam propriedade dos poderes públicos, ou reputadas de “*mérito nacional*” no caso das nacionais, ou “*mérito*” no caso das estrangeiras, de acordo com as condições exigidas para tal. “*Artes aplicadas nacionais ou estrangeiras*”: as obras de arte aplicada – móveis, tapeçaria, joalheria, etc. – realizadas por artistas nacionais, já mortos, ou de importação nacional realizadas até o período do Segundo Império, de artistas nacionais vivos, que pertençam aos poderes públicos, e as obras de artistas estrangeiros que contribuam para a história da arte. ANDRADE, Mário de. Anteprojeto para Criação do Patrimônio Artístico Nacional. Rio de Janeiro: 1936. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* Nº 30. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002. p. 275-277. Disponível em www.iphan.gov.br.



tipos de bens de forma a abarcar, na arca patrimonial, o maior número de produções e manifestações humanas, sobretudo aquelas da cultura popular.

Já o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, estabelece uma definição de patrimônio mais resumida, e voltada para os objetos materiais, móveis e imóveis, e bens naturais de valor excepcional, e institui o tombamento¹³ como principal instrumento de preservação. Diferente da concepção de patrimônio de Mário de Andrade, este decreto em seu artigo 1º, define como patrimônio histórico nacional apenas bens materiais: “*Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público*” (IPHAN, 2006, p. 99). O Decreto-Lei 25/1937 chega a incluir dentre o patrimônio passível de tombamento os bens naturais: “*são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana*” (IPHAN, 2006, p. 100). A prática demonstrou ser inviável aplicar a ação jurídica do tombamento a estes casos, devido às propriedades evolutivas dos bens naturais, que podem alterar suas características.

É possível perceber que, embora o conceito de patrimônio constante no anteprojeto de Mário de Andrade tenha servido de base para a formação do Decreto-Lei nº 25/1937, este aparece “podado” uma vez que o tombamento só pode ser aplicado a bens materiais, respondendo aos interesses do Estado-Novo de criar uma referência de identidade nacional. As manifestações culturais, o patrimônio imaterial ou intangível, não receberam a devida importância durante os primeiros anos de consolidação da proteção patrimonial no país, o que gerou a necessidade de se criar novos decretos, leis e portarias, que abarcassem as categorias de patrimônio excluídas.

Um dos pontos que permanecem na redação dos dois documentos citados é a criação de quatro livros de tombamento, o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, o Livro do Tombo Histórico, o Livro do Tombo das Belas Artes, e o Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Embora haja uma clara distinção entre eles, as três primeiras décadas de vigência do Decreto-Lei, demonstraram a predileção do valor estético como critério de escolha dos bens, pois há uma “sobrecarga” de inscrições no livro de belas artes, inclusive de bens cujo

¹³“O tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados”. Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional www.iphan.gov.br acessado em 26 de abril de 2010.



valor histórico, e até arqueológico, hoje apresenta mais relevância que o artístico, sendo os outros livros, na época, utilizados apenas para a inscrição daqueles bens que não possuíam qualidades estéticas excepcionais.

Quanto à proteção dos bens excluídos do Decreto-Lei 25/1937, já em 13 de fevereiro de 1948, é criado o Decreto Legislativo nº 3, que aprova a Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, assinada pelo Brasil em 1940, que define o conceito de Parques Nacionais¹⁴, Reservas Nacionais¹⁵, Monumentos Naturais¹⁶ e Reservas de Regiões Virgens¹⁷. Este decreto determina parâmetros que intensificam a proteção destes, e suas intenções se voltam para a proteção das riquezas naturais da flora e da fauna, das condições naturais primitivas e de habitação e transporte, e de regiões que apresentem interesse estético, histórico ou científico (*Decreto Legislativo Nº 3, 1948, p. 1-2*).

Após o patrimônio natural, é a vez do arqueológico despertar a preocupação dos órgãos de proteção, sendo criada a Lei 3.924, de 26 de julho de 1961, que “*dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos*”. Ela determina o que deve ser considerado patrimônio arqueológico e proíbe sua destruição e/ou utilização econômica (IPHAN, 2006, p. 25-31). Essa Lei surge alguns anos depois da elaboração da Recomendação de Nova Delhi¹⁸, de 1956, que trata da importância da realização de pesquisas arqueológicas e da preservação do patrimônio arqueológico, delimitando princípios gerais que devem ser utilizados para este fim (Recomendação de Nova Delhi, 1956, p. 1). Isso demonstra como as cartas e recomendações internacionais influenciam na preservação dos países.

As críticas dirigidas ao órgão de proteção do patrimônio, devido à ênfase dada à preservação dos monumentos arquitetônicos no Brasil e aos bens de natureza material, em

¹⁴“Entender-se-á por Parques Nacionais: As regiões estabelecidas para a proteção e conservação das belezas cênicas naturais e da flora e fauna de importância nacional das quais o público pode aproveitar-se melhor ao serem postos sob a superintendência oficial” (Decreto Legislativo nº 3, 1948, p. 1).

¹⁵“Entender-se-á por Reservas Nacionais: As regiões estabelecidas para a conservação e utilização, sob a vigilância oficial, das riquezas naturais, nas quais se protegerá a flora e a fauna tanto quanto compatível com os fins para os quais estas reservas são criadas” (Decreto Legislativo nº 3, 1948, p. 1).

¹⁶“Entender-se-á por Monumentos Naturais: As regiões, os objetos, ou as espécies vivas de animais ou plantas, de interesse estético ou valor histórico ou científico, aos quais é dada proteção absoluta, com o fim de conservar um objeto específico ou uma espécie determinada de flora ou fauna, declarando uma região, um objeto ou uma espécie isolada, monumento natural inviolável, exceto para a realização de investigações científicas devidamente autorizadas ou inspeções oficiais” (Decreto Legislativo nº 3, 1948, p. 1).

¹⁷“Entender-se-á por Reservas de Regiões Virgens: Uma região administrada pelos poderes públicos, onde existem condições primitivas naturais de flora, fauna, habitação e transportes, com ausência de caminhos para o tráfico de veículos e onde é proibida toda exploração comercial” (Decreto Legislativo nº 3, 1948, p. 1).

¹⁸Elaborada durante a 9ª Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Nova Déli, em 5 de dezembro de 1956.



detrimimento da observação de uma cultura verdadeiramente nacional, levou à criação, em 1975, do Centro Nacional de Referências Culturais – CNRC. O objetivo era garantir o conhecimento das manifestações culturais e da cultura popular, através da realização de estudos e inventários, procurando apreender a dinâmica específica de cada processo cultural (FONSECA, 2005, p. 143-145). Porém, ainda não existiam mecanismos de proteção para este tipo de patrimônio, chamado de “imaterial” ou “intangível”.

Um grande passo para a preservação deste patrimônio cultural foi dado pela Constituição Federal de 1988. Além de tratar da preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico e natural, esta traz em sua seção II, “*Da Cultura*”, o reconhecimento da importância da proteção e disseminação da cultura popular, e inclui os bens imateriais como parte integrante do patrimônio cultural brasileiro, instituindo os mecanismos para sua proteção.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos [...] (BRASIL, 1988, p. 159).

Quase dez anos depois da menção no artigo constitucional, que instituiu a proteção à cultura popular nacional, é elaborada, em 1997, a Carta de Fortaleza¹⁹, a partir das discussões realizadas no seminário “*Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção*”. Este teve o

¹⁹Elaborada a partir do Seminário "Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção", promovido em Fortaleza, de 10 a 14 de novembro de 1997 (Carta de Fortaleza, 1997, p. 1).



objetivo de elaborar diretrizes e criar instrumentos legais para identificar, proteger, promover e fomentar as diversas manifestações da cultura popular (Carta de Fortaleza, 1997, p. 1).

Seguindo as recomendações presentes na Carta de Fortaleza, foi criado o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, o qual “*Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências*”. Ele estabelece que o registro seja feito em um dos quatro livros do patrimônio imaterial, como forma de continuidade histórica e reconhecimento de sua relevância para a memória nacional. Os livros se dividem em: Livro de Registro dos Saberes, Livro de Registro das celebrações, Livro de Registro das Formas de Expressão, e Livro de Registro dos Lugares (IPHAN, 2006, p. 129). Por fim, o que se vê é que apenas em 2000, o entendimento do patrimônio cultural no Brasil alcança as idéias defendidas por Mário de Andrade em seu Anteprojeto, de 1936.

Após a ampliação da proteção patrimonial, abarcando monumentos, áreas urbanas, arqueologia, natureza e bens imateriais, surge no cenário nacional uma categoria ampla, que engloba todas as outras, a da Paisagem Cultural, conceito que já havia sido instituído pela UNESCO, desde 1992, para inserção de bens na lista do patrimônio mundial.

No ano de 2007, foram criados, no Brasil, dois documentos de proteção às paisagens culturais. A Carta de Bagé²⁰ ou Carta da Paisagem Cultural, que conceitua paisagem cultural como o resultado da atuação do homem sobre a natureza, transformando-a de acordo com suas necessidades (Carta de Bagé, 2007, p. 2). E a Carta da Serra da Bodoquena²¹, que mantém a definição de paisagem cultural apresenta uma nova categoria, o “*geoparque*”, entendido como sendo “*uma rede de locais de interesse e relevância, pelos quais se entende a evolução geológica da região, e aos quais se justapõem valores ecológicos, arqueológicos, paleontológicos, históricos, culturais e de lazer*” (Carta da Serra da Bodoquena, 2007, p. 3). Recentemente, foi estabelecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, a “*Chancela da Paisagem Cultural*”²², que tem por finalidade “*atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes, nos termos preconizados na Constituição Federal*” (Chancela da Paisagem Cultural, 2009, p. 2). A proteção dos bens

²⁰Elaborada durante o *Seminário Semana do Patrimônio – Cultura e Memória na Fronteira*, realizado em Bagé, RS nos dias 13 a 18 de agosto de 2007 (Carta de Bagé, 2007, p. 1).

²¹Elaborada durante o *Seminário Serra da Bodoquena/MS – Paisagem Cultural e Geoparque*, que aconteceu entre os dias 19 e 21 de setembro de 2007, em Bonito, no estado de Mato Grosso do Sul.

²²A chancela da Paisagem Cultural foi estabelecida pela Portaria Nº 127, de 30 de abril de 2009.



chancelados se dá através da criação de pactos que podem envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando a gestão compartilhada da porção do território nacional reconhecida como paisagem cultural (Chancela da Paisagem Cultural, 2009, p. 3). Assim, a preservação não fica a cargo de um único órgão, mas envolve uma rede de instituições, incluindo a sociedade que usufrui o bem. Ainda não foi realizado nenhum chancelamento de paisagem, tornando difícil a verificação da eficácia desse mecanismo.

É possível perceber a maneira como os documentos referentes à preservação patrimonial ampliam cada vez mais o conceito de patrimônio histórico e cultural e intensificam sua proteção com a criação de novos mecanismos. Mas o que se verifica, também, é a diminuição no distanciamento temporal, com a apreciação de bens pertencentes a um passado cada vez mais recente. Atualmente, tem-se considerado como patrimônio histórico bens da modernidade e paisagens contemporâneas. Um exemplo é o Plano Piloto de Brasília, construído na década de 1950 e tombado na década de 1980. Daí pode-se perceber a introdução de novos valores, impostos pela rapidez da mudança, gerando o que Françoise CHOAY (2001, p. 209) chama de “*complexo de Noé*”, que tende a abrigar na arca patrimonial o conjunto completo dos novos tipos de bens que surgem, e logo se vêem em risco de desaparecer, devido à urgência das mudanças, mas que permanecem como testemunhos da lembrança de outras épocas.

1.3. O patrimônio rural enquanto patrimônio cultural e paisagístico

Outro fato observado ao se percorrer a trajetória patrimonial é a preocupação com patrimônio urbano, seja arquitetônico ou paisagístico, e a pouca relevância dada ao patrimônio rural, sobretudo enquanto conjunto e modo de vida, sendo a preservação voltada, comumente, para a arquitetura.

É dentro do conceito de paisagem cultural que esse patrimônio pode apresentar uma maior importância, por sua configuração complexa e orgânica, que consegue interligar valores materiais, expressos na arquitetura funcional voltada a atender um tipo de vida e de produção, seus utensílios e ferramentas tradicionais; os valores paisagísticos e naturais; e os valores imateriais, suas tradições, modos de fazer, culinária, e a importância simbólica a ele agregada. O arquiteto Carlos Fernando de Moura DELPHIM, em seu texto “*Paisagem Rural Fazendas*



Históricas”, demonstra essa relação, apontando a importância das fazendas (propriedades rurais) na preservação dos modos de vida ancestrais.

Uma fazenda é uma paisagem cultural por excelência onde o meio natural é indistacável das marcas da ação direta ou indireta do homem. Tanto os recursos nativos quanto os exóticos [...], são dignos de preservação, interpretação e difusão. Nos remanescentes florestais das fazendas preservam-se essências nativas muitas vezes raras, vulneráveis ou ameaçadas (DELPHIM, s/d, p. 6).

Entendendo a paisagem cultural como sendo um produto da sociedade e da cultura, ela apresenta uma acumulação de informações, ao longo do tempo que a torna uma rica fonte de dados sobre as pessoas e as sociedades que as foram modelando (PIRES, 2001, p. 84). As paisagens rurais, enquanto um dos principais responsáveis pela formação do território das nações, sobretudo para o Brasil, se torna um patrimônio importante a ser preservado, devido ao forte caráter agrário presente desde o início da sua colonização.

O que reforça o reconhecimento do meio rural enquanto paisagem cultural é a importância da relação entre a paisagem e a sociedade que nela e dela vive, e que lhe confere o caráter dinâmico, de acordo com a definição contida na Declaração de Newcastle²³ (2005).

Em particular, no que diz respeito às paisagens culturais [...]:

2. Que as Paisagens Culturais são uma parte fundamental e integrante do ambiente das comunidades que vivem dentro delas ou que a elas se associem;
3. Que nem o caráter universal, nem a compreensão acadêmica das Paisagens Culturais devem ser em detrimento das comunidades locais, nem deverão conduzir à expropriação das Paisagens Culturais por agências externas, mas, pelo contrário, que esse caráter e compreensão devem considerar que as comunidades locais são elementos vivos e intrínsecos essenciais da paisagem;
4. Que todas as políticas relacionadas com as paisagens culturais devem respeitar os, muitas vezes intangíveis, estilos de vida das comunidades que vivem dentro de paisagens, e deve prever os requisitos de acesso adequado e os direitos culturais;
5. Que estes estilos de vida, requisitos de acesso e os direitos culturais devem ser respeitados tanto quanto os elementos tangíveis da paisagem, apesar do fato de que eles podem, às vezes, ser invisível, não-óbvio, nem relações econômicas ou valores que são difíceis de perceber, apreciar ou classificar;
6. Que todas as culturas e, por implicação, todas as Paisagens Culturais, são sempre dinâmicas, [...] (Declaração de Newcastle, 2005, p. 1).

As propriedades rurais constituem formas originais de organização do espaço humano, locais de vida e trabalho onde se preservam um rico repositório de singulares formas de viver,

²³X Seminário Internacional do Fórum UNESCO - Universidade e Patrimônio, intitulado "Paisagens Culturais no Século 21: Direito, Gestão e Participação Pública: Patrimônio como um desafio da cidadania", realizado em Newcastle Upon Tyne, Reino Unido, de 11 a 16 de abril de 2005.



saber e fazer. Uma fazenda, ou engenho, pode constituir uma estrutura de organização tão complexa quanto a do meio urbano, pois são dotadas de atividades econômicas produtivas que as tornam aptas a sobreviver com um mínimo intercâmbio com o mundo, o que não ocorre com a cidade. Esta característica leva à existência de uma infraestrutura que agrega edificações, com uma linguagem arquitetônica própria que favorecem o surgimento de formas construídas e paisagens singulares. Cada propriedade apresenta maneiras próprias para executar obras de engenharia, como a abertura de estradas, drenagem de rios, irrigação, terraplenagem e outras (DELPHIM, s/d, p. 1).

No meio rural são produzidos e manufaturados produtos extraídos de fontes vegetais e animais, e para cada atividade aí desempenhada corresponde um enorme e diversificado número de artefatos, utensílios e ferramentas, destinados a tarefas específicas. Essa diversificação de atividades, visando o sustento da propriedade com o mínimo contato urbano, aliado às tradições e saberes ancestrais ali praticados, confirmam a vocação das propriedades rurais como paisagens culturais, que precisam manter sua essência e suas principais características. São exemplos da ação conjunta entre a obra da mão humana e a da natureza.

Aproximando estas reflexões do nosso objeto específico de análise, os engenhos de cachaça e rapadura situados no município de Areia, na Paraíba, verifica-se que estas propriedades apresentam diversas formas de produção agro-pastoris. Além do cultivo da cana-de-açúcar, há a presença de culturas de subsistência, voltadas para o sustento da propriedade. Em alguns casos, há a associação com outras culturas como o sisal, frutas e flores, que complementam a renda, e, comumente, encontra-se a pecuária, seja de corte ou de leite, como uma atividade paralela à produção canavieira. Todas essas atividades moldam a paisagem local e a substituição de alguma delas, ou de todas, pode ocasionar o surgimento de uma nova paisagem cultural e a perda de características importantes na conformação de um território. Um exemplo desse efeito, em Areia, é a crescente presença do gado, que provoca o surgimento de pastos, áreas vazias que causam sérias mudanças nos elementos paisagísticos.

Considerando os engenhos de cachaça e rapadura do município de Areia, existem dois elementos que diferenciam e caracterizam sua paisagem: um é a topografia, fator considerado tanto na implantação destes, normalmente situados em fundo de vales, quanto na conformação de suas culturas, estradas e canavial nas partes mais baixas e a vegetação nativa e pastos nas áreas mais elevadas do terreno. A outra é a atividade do homem, o uso do solo e as atividades secundárias desenvolvidas, que têm ditado as principais mudanças ocorridas ao longo do



tempo, principalmente, quando há alternância da atividade principal da propriedade ou a inserção de novas atividades paralelas, como o turismo cultural ou natural.

De fato, quando se trata da proteção do patrimônio rural, o que se verifica até o momento, é a prática de tombamentos de propriedades rurais, com ênfase sobre alguma edificação, ou conjunto de edificações principais, onde se constata as singularidades da arquitetura, sendo quase todos os outros aspectos descuidados ou esquecidos. Na compreensão dos especialistas em preservação do patrimônio cultural, arquitetos em sua maioria, a importância histórica e cultural limita-se à sede, às capelas ou ermidas, às senzalas, engenhos, estábulos e currais, etc. Falta o entendimento de que *“cada elemento constituinte [de uma propriedade rural] registra e testemunha fases de nossa economia que incluem o sistema escravocrata e seu desmoronamento, a intensificação de correntes migratórias, a industrialização dos processos e produção agrícola”* (DELPHIM, s/d, p. 5). Ao contrário do que ocorre com as edificações, o patrimônio imaterial e a paisagem nem sempre são objetos de medidas protetoras.

1.4. A paisagem cultural e sua proteção

Paisagem é um termo abordado por diversas disciplinas – geografia, arquitetura, biologia, ecologia, etc. – e que em cada uma delas recebe um *status* diferente. É um termo em constante re-interpretação. De acordo com Carlos Fernando de Moura DELPHIM²⁴ *“O termo paisagem, do século XVI, tem um significado claramente cultural já que paisagem advém do latim pagus, que significa povoado, pays em francês e daí país em português, conceito muito mais intimamente relacionado a questões culturais do que às ecológicas”* (DELPHIM, s/d, p. 1).

Sua vinculação aos valores culturais e históricos não é recente, mas a atenção ao tema tem crescido nas últimas décadas. Foi a geografia que se ocupou de forma mais profunda em explicar essa relação, bem como elaborar as definições mais amplas sobre paisagem. Segundo

²⁴Carlos Fernando de Moura Delphim é arquiteto, especialista em paisagens culturais e jardins históricos. Trabalha no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, onde criou a primeira equipe especializada em restauração de jardins e preservação de paisagens culturais no Brasil. Faz parte da Coordenação do Patrimônio Natural do IPHAN. Foi membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente por mais de dez anos, representando o Ministério da Cultura. Tem emitido pareceres para a inclusão de bens naturais na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO, inclusive para subsidiar a posição oficial do Brasil junto à UNESCO. É Membro-associado do Comitê Brasileiro do ICOMOS. Os textos deste autor foram cedidos pelo Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM/IPHAN.



Denis COSGROVE, (1989) o termo paisagem surge no Renascimento, como indicação de uma nova relação entre o homem e seu ambiente.

[...] a paisagem está intimamente ligada a uma nova maneira de ver o mundo como uma criação racionalmente ordenada, designada e harmoniosa, cuja estrutura e mecanismos são acessíveis à mente humana, assim como ao olho, e agem como guias para os seres humanos em suas ações de alterar e aperfeiçoar o meio ambiente (COSGROVE, 1989, p. 99).

A geografia tem ampliado os estudos da paisagem, sobretudo quanto à associação desta com a cultura, desde o final do século XIX, quando surge o termo *paisagem cultural*. Embora o termo suscite diversas discussões, há um consenso entre eles, como esclarece Rafael Winter RIBEIRO (2007).

Em meio a múltiplas interpretações, há um consenso de que a *paisagem cultural é fruto do agenciamento do homem sobre seu espaço*. No entanto, ela pode ser vista de diferentes maneiras. A paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo. A paisagem pode ser lida como um testemunho da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço. Pode ser lida, também, como um produto da sociedade que a produziu ou ainda como a base material para a produção de diferentes simbologias, *locus* de integração entre a materialidade e as representações simbólicas [grifo nosso] (RIBEIRO, 2007, p. 9).

No final do século XIX, Vidal de La Blanche já colocava o problema da diferenciação das paisagens. Para ele a análise “*dos gêneros de vida mostraria como a elaboração das paisagens reflete a organização social do trabalho e as diferentes formas de relação do homem com o seu meio*”. Assim, para se entender a paisagem é fundamental o estudo de todos os aspectos que fazem referência ao homem e o meio, todas as ações combinadas do homem com a natureza. (RIBEIRO, 2007, p. 28)

Dentre os estudos sobre a paisagem cultural desenvolvidos nas primeiras décadas do século XX, merece especial destaque a abordagem adotada pelo geógrafo americano Carl SAUER (2004), que elabora o “método morfológico” de estudo da paisagem, centrado na observação dos seus componentes e sua evolução, tornando o fator tempo, assim como o espaço, componentes importantes para o seu entendimento e estruturação.

Os fenômenos que compõem uma área não estão simplesmente reunidos, mas estão associados ou interdependentes. [...]. O elemento tempo está admitidamente presente na associação dos fatos geográficos, que são, por consequência, em grande parte não recorrentes (SAUER [1925], 2004, p. 17-18).



SAUER estabelece, ainda, que toda paisagem possui uma identidade e individualidade, ao mesmo tempo em que se relaciona com outras paisagens, e “*Por trás das formas presentes estão associações de processos, formas anteriores ou ancestrais e expressões de tempo quase impossíveis de se determinar*” (SAUER [1925], 2004, p. 36). São essas formas ancestrais que seu método morfológico procura conhecer para, a partir daí, tentar traçar os pontos da evolução cultural do homem sobre o meio, por ele transformado em *habitat*, e como essas mudanças podem ser recorrentes, e mesmo, substitutivas.

A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. *A cultura é o agente, a área natural o meio, a paisagem cultural, o resultado.* Sob a influência de uma determinada cultura, ela própria mudando através do tempo, a paisagem apresenta um desenvolvimento, passando por fases e, provavelmente, atingindo no final o término do seu ciclo de desenvolvimento. Com a introdução de uma cultura diferente, isto é, estranha, estabelece-se um rejuvenescimento da paisagem cultural ou uma nova paisagem se sobrepõe sobre o que sobrou da antiga [grifo nosso] (SAUER [1925], 2004, p. 59).

No final da década de 1960, há uma mudança de pensamento, que alia a geografia ao pensamento humanista, dando início a chamada “geografia humanista”. Esse novo pensamento não via a paisagem apenas como os remanescentes físicos da atividade humana sobre o meio natural. Para os geógrafos seguidores da geografia humanista, o conceito de lugar demonstra de forma mais adequada o sentimento de apego a determinados espaços. A paisagem é percebida “*como um documento a ser lido, resultante de um patamar moral, intelectual e estético alcançado pelo homem num dado momento do processo civilizatório*” (RIBEIRO, 2007, p. 24-25).

Na década de 1980, um novo grupo de autores procurou incorporar a simbologia da paisagem como foco de análise. Denis COSGROVE (2004) figura entre os geógrafos que fazem parte desse grupo. Para ele, a paisagem vai além do visível, pois possui valores imateriais, significados simbólicos, que deveriam ser considerados em seu estudo.

A geografia cultural, nesta tradição, concentrou-se nas formas visíveis da paisagem – casas de fazendas, celeiros, padrões de campos e praças nas cidades (...). A própria cultura foi considerada como um conceito relativamente não-problemático: um conjunto de práticas compartilhadas comuns a um grupo humano em particular, práticas que foram aprendidas e transmitidas através de gerações. (...). Todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são o produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem. O simbolismo é mais facilmente apreendido nas paisagens mais elaboradas – a cidade, o parque e o jardim – e através da representação da paisagem na pintura, poesia e outras artes. Mas pode ser lida nas paisagens rurais e mesmo nas mais aparentemente não-humanizadas paisagens do



meio ambiente natural. Estas últimas são, freqüentemente, símbolos poderosos em si mesmos (COSGROVE [1989], 2004, p. 101-108).

Augustin BERQUE (2004) afirma que a paisagem é uma marca e, ao mesmo tempo matriz, “*é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação que canalizam a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza*” (BERQUE [1984], 2004, p. 85).

Como já dito anteriormente, não é recente a idéia de se estudar a paisagem aliada a componentes culturais, porém no campo da preservação do patrimônio histórico é comum encontrar o termo paisagem associado a idéia de ambiência ou entorno do bem tombado. Com a adoção da categoria de “*paisagem cultural*” para inscrição de bens na lista do patrimônio mundial pela UNESCO vê-se uma tentativa de se alterar esse pensamento, colocando-se a paisagem como o bem principal a ser protegido. Essa mudança de pensamento é explicada por RIBEIRO (2007, p. 40), “*A adoção da categoria de paisagem cultural da UNESCO, em 1992, se diferenciou dessas concepções anteriores, por adotar a própria paisagem como um bem, valorizando todas as inter-relações que ali coexistem*”. Assim, as paisagens são consideradas testemunhos da relação sociedade e natureza, e sua evolução ao longo do tempo.

Para inscrição de bens paisagísticos como patrimônio da humanidade, a UNESCO adota três categorias distintas: as “*Paisagens claramente definidas*”: são aquelas criadas de forma intencional, normalmente projetadas por razões estéticas, incluindo-se nessa categoria jardins e parques. A “*Paisagem evoluída organicamente*”: são aquelas que foram transformadas por indivíduos, partindo de algum fator inicial, seja de caráter social, econômico, administrativo e/ou religioso, que em associação com seu meio natural formam a sua configuração atual. Essa categoria pode ser dividida em duas subcategorias distintas, a “*Paisagem relíquia ou fósil*”, cuja construção terminou em algum momento do passado, porém seus elementos podem ser reconhecidos como vestígios materiais; e “*Paisagem contínua*”, que ainda apresenta um processo evolutivo constante. Essas paisagens possuem um papel ativo na vida contemporânea. A última categoria é a de “*Paisagem cultural associativa*”: são aquelas que não possuem um valor por si mesmas, mas têm seu valor dado a partir da associação destas com outros elementos culturais (RIBEIRO, 2007, p. 42-44).

Durante as últimas décadas do século XX, o interesse pela preservação da paisagem como patrimônio histórico e cultural tem aumentado de forma significativa e ampliado seu alcance a países fora da Europa e organismos regionais. Como mencionado anteriormente, só



no ano de 2007, foram criados, no Brasil, dois documentos de proteção às paisagens culturais, a Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural e a Carta da Serra da Bodoquena – Carta das Paisagens Culturais e Geoparques.

Embora já tenham sido mencionadas, vale lembrar que ambas conceituam a paisagem cultural como sendo um bem complexo que pode abranger todos os outros tipos de bens indicados pela Constituição Federal Brasileira de 1988, como as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

É possível verificar que o conceito de paisagem e de paisagem cultural tem passado por um amplo processo de estudos ao longo dos anos, o que tem ampliado o conhecimento sobre seus componentes e sua importância, seja como um conceito geográfico e/ou como documento de valor histórico e cultural.

Aliás, todo o conceito de patrimônio cultural, bem como os instrumentos necessários para sua preservação, sofreu uma evolução qualitativa e quantitativa. Tal fato permitiu a preservação de cidades, conjuntos arquitetônicos, edifícios, obras de arte, utensílios, saberes, fazeres e costumes. Isso tem forçado, também, uma reunião dos instrumentos para preservação desse patrimônio. Desde a institucionalização da preservação do patrimônio cultural brasileiro, tem-se utilizado, principalmente, dos instrumentos do tombamento, do inventário, da salvaguarda e da fiscalização, mas essas ações vêm se mostrando insuficientes quando se trata da preservação das paisagens.

A preservação da paisagem cultural exige não só a utilização de um conjunto maior de instrumentos urbanísticos, ambientais, jurídicos e tributários para preservar bens, valores e manifestações culturais, mas também um novo perfil de comportamento de gestores e cidadãos. A característica fundamental desse patrimônio é o convívio singular entre a natureza, os espaços construídos e ocupados, os processos produtivos e as atividades sociais e culturais, de forma a estabelecer uma identidade que não possa ser conferida por eles isoladamente.

Segundo DELPHIM (2006), as paisagens são, geralmente, protegidas por legislação específica. Quando possuidoras de valores ecológicos e biológicos, são decretadas, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, como “*unidades de conservação*” e



sua proteção é responsabilidade de órgãos ambientais. Quando sítios e paisagens são protegidos por valores culturais, sua preservação é atribuição de órgãos culturais, essa proteção se dá pelo tombamento, por se situarem no entorno de bens tombados, por conterem sítios arqueológicos, paleontológicos, étnicos ou outros (DELPHIM, 2006, p. 1).

Porém, o que se percebe é a ineficácia do tombamento na proteção de paisagens, pois este, comumente é aplicado apenas aos componentes físicos, sobretudo a arquitetura, ou, em alguns casos, aos naturais, mas não garante a permanência dos valores imateriais.

Aparentemente, a dificuldade em se preservar paisagens culturais no Brasil se dá devido à falta de preparo das instituições e de mecanismos eficazes, que articulem as diversas instâncias governamentais e a sociedade local.

O arquiteto Sergio Treitler²⁵ aponta a existência de várias formas de acautelamento que não só o tombamento, e menciona que, no caso da proteção de paisagens, tem se procurado criar uma espécie de “*chancela*”, declarando-a como de grande valor cultural ou de grande beleza, o que garante a uma determinada região, a uma determinada localidade, uma “*qualificação maior, mas que não chega a ser um tombamento*”. Segundo ele, isso se dá “*porque o tombamento engessa*”, e pode impedir a prática de algumas atividades econômicas realizadas pela população local. Como já mencionado, o tombamento é um instrumento de proteção de bens materiais, porém, sendo a paisagem um bem amplo e dinâmico que reúne elementos materiais, imateriais e naturais, é óbvia a ineficácia deste instrumento, pois ele limitaria as mudanças que são impossíveis de se controlar em se tratando de um ambiente vivo.

Ainda segundo o arquiteto, no caso das paisagens culturais, o ideal é que fossem criados conselhos, aonde se reunissem os órgãos de proteção federal, municipal, estadual, sociedade civil, empresários, etc.; e, com a participação de todos, fossem estabelecidas linhas de ação conjunta, visando a diminuição dos impactos causados pelas modificações de usos, como o turístico, e a criação de planos de manejo, visando uma exploração consciente da área protegida por parte da população, do estado e dos empreendedores. Outro problema apontado é o foco dado à arquitetura, e como essa proteção isolada pode contribuir para a degradação da paisagem

²⁵ Em entrevista concedida no dia 10 de novembro de 2009, as 11 h. da manhã, na sede do Departamento de Patrimônio Material – DEPAM/IPHAN, no Palácio Gustavo Capanema, Rio de Janeiro/RJ. Sergio Treitler é arquiteto, especialista em paisagens culturais e jardins históricos. Faz parte da Coordenação do Patrimônio Natural do IPHAN.



Às vezes você tomba uma fazenda e se faz um trabalho de restauração exemplar na arquitetura, mas no final você não sabe se aquela fazenda era de laranja, de café, de limão. Então o ideal é você sempre deixar um trecho onde era a plantação original para você saber que aquilo ali era uma fazenda de laranja, era uma fazenda de frutas cítricas, era uma fazenda de bananas. Enfim, outra coisa [...], não adianta você tomar aqui um sítio, uma chácara, um engenho, uma fazenda que tem uma roda d'água maravilhosa, e esse curso do rio que tem a nascente lá em cima você não *tombar*²⁶, porque o dia que faltar água essa roda deixa de ter função [...] (Grifo Nosso) (TREITLER, em entrevista).

A recente criação, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, da “*Chancela da Paisagem Cultural Brasileira*”, através da Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009, se configurou como a primeira proteção legal criada para este tipo de patrimônio.

Ela determina que a proteção da paisagem cultural requer o estabelecimento de pactos, entre esferas do poder público, da sociedade civil e da iniciativa privada, visando a gestão compartilhada da porção do território assim reconhecida, e essa gestão deve ser acompanhada pelo IPHAN. Qualquer pessoa pode requerer a abertura de processo para chancelamento²⁷ de uma paisagem cultural brasileira, e se aprovada, seu acompanhamento deve compreender a elaboração de relatórios de monitoramento das ações, previstas pelo Plano de Gestão, e de avaliação periódica das qualidades atribuídas ao bem, sendo a chancela revalidada num prazo máximo de 10 anos (*Chancela da Paisagem Cultural Brasileira*, 2009, p. 2-3). Para a proteção patrimonial brasileira, essa nova percepção representa um avanço no entendimento do que vem a ser patrimônio histórico e cultural, e sua real importância.

[...] Um dos desafios da preservação do patrimônio cultural e natural é de agregar valor às atividades decorrentes de seu usufruto e manejo, de gerar emprego, renda e oportunidades econômicas.

Ao estabelecer os contornos de uma paisagem cultural, suas principais características e atividades, estamos reconhecendo e outorgando valor a um sistema de processos e práticas que, para manter esta qualidade, não precisa ser imutável, mas observar preceitos e normas que impeçam sua descaracterização, sem restringir sua evolução.

[...] A gestão de territórios a partir do conceito de Paisagem Cultural estimulará o consorciamento, seja das atividades e competências inerentes à esfera pública, seja as da iniciativa privada [...].

²⁶O uso do termo “tombar” para se referir à proteção de um curso d'água, elemento que não se enquadra nos bens que poderiam receber o tombamento por ser um patrimônio natural mutável, demonstra que os técnicos do IPHAN ainda possuem dificuldade em entender mecanismos de proteção por eles utilizados, sobretudo quanto a proteção da paisagem e de elementos da natureza.

²⁷O ato de chancelar significa a criação de um selo ou sinal gravado representativo de uma assinatura oficial, é a assinatura necessária para firmar um documento (com informações do Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda).



A reflexão sobre a trajetória de 70 anos do IPHAN indica que a preservação dos valores e dos bens culturais, em uma escala capaz de representar a riqueza de manifestações do passado e da atualidade da sociedade brasileira, ampliará sua eficácia na medida em que possamos nos utilizar de instrumentos inovadores, múltiplos e flexíveis, como o da Paisagem Cultural. A valorização do patrimônio cultural se intensificará a partir da compreensão de seus significados históricos e de seus benefícios sociais e econômicos. A história e o futuro estão na paisagem (ALMEIDA²⁸, *O futuro é a paisagem*, s/d, p. 1-2).

O fato é que, para os órgãos de proteção, a preservação da paisagem cultural tem se mostrado uma tarefa nova e bastante complexa. Com a realização deste estudo verifica-se a incoerência entre o acervo arquitetônico e urbano protegido pelo tombamento da área urbana de Areia decretado em 2006 pelo IPHAN, e a não proteção da paisagem cultural, que também constitui um dos mais fortes traços da identidade deste lugar. O questionamento que se faz diz respeito aos meios possíveis para reconhecer e proteger esta paisagem como patrimônio cultural do município. Em busca desse objetivo, adentrou-se a este universo do urbano e do rural, em Areia.

²⁸ Luis Fernando de Almeida é o atual presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico nacional – IPHAN. Esse texto foi cedido pelo Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM/IPHAN.



Capítulo II: Ocupação do Brejo Paraibano e formação da cidade de Areia

Com este capítulo, nos propomos a dois objetivos: primeiro, situar a importância que os engenhos exerceram no processo de formação econômica, social e territorial da Paraíba, voltando-se, principalmente, para o município e cidade de Areia.

E segundo, através da retomada da trajetória histórica da cidade e da história rural do município, demonstrar como a cultura da cana-de-açúcar é determinante para reforçar o valor histórico dos engenhos de cachaça e rapadura enquanto paisagem cultural do município, que agrega também o modo de fazer empregado, a maneira como se inseriam na paisagem com uma implantação peculiar, o tipo de produção e as tradições ali agregadas, e as relações sociais e de poder.

Todas estas questões serão fundamentais para construirmos a seguir, nossa argumentação sobre o necessário reconhecimento desta paisagem como parte do patrimônio cultural do município de Areia, em oposição a limitada visão do tombamento do seu núcleo urbano.

2.1. Açúcar – da Zona da Mata ao Brejo

As plantações de cana-de-açúcar estão cronologicamente ligadas às tentativas de colonização do território brasileiro, desde meados do século XVI (JAMBEIRO, 1972, p.17), pois estas tinham entre outras motivações a exploração voltada para os interesses econômicos da metrópole colonizadora. Sendo assim, “*o engenho de açúcar constituía a base econômica da Colônia*” (MOREIRA et. al., 1997, p. 34). A adoção do cultivo e beneficiamento da cana-de-açúcar como principal atividade econômica na colonização brasileira vem da experiência que os portugueses possuíam, desde o século XV, com a produção do açúcar nas ilhas do Atlântico, das articulações existentes entre seus mercadores e as casas comerciais responsáveis pela distribuição do produto na Europa e a disponibilidade de terras propícias a esta cultura que o Brasil proporcionava, podendo-se expandir o plantio da cana em grande escala (GONÇALVES, 2007, p. 185).

No caso do território da Paraíba sua conquista e ocupação ocorreram quase um século após o descobrimento do Brasil. Berthilde MOURA FILHA (2005) nos esclarece que essa tarefa foi realizada com os mesmos objetivos já definidos para colonização do Brasil, que



seriam, prioritariamente, a ocupação e o aproveitamento da terra adotando-se medidas de caráter defensivo e administrativo. A porta de entrada desta nova capitania foi o Rio Paraíba, também chamado de Rio de São Domingos, sendo este “*determinante para a história dessa região, pois constituía a via de acesso a uma área de grande potencialidade econômica, tanto pelas ricas matas de pau Brasil que possuía, como pelas férteis várzeas propícias ao cultivo da cana-de-açúcar e construção de engenhos*” (MOURA FILHA, 2005, p. 133-134).

Assim, para a efetiva criação da capitania, inicialmente foi necessária a expulsão dos franceses que ali praticavam a extração do pau-brasil, a tomada de terras através da guerra contra os índios, possibilitando a distribuição destas em sesmarias a quem as pudesse cultivar. O primeiro núcleo urbano, a Cidade de Filipéia de N. S. das Neves, foi assentado na margem direita do Rio Sanhauá, afluente do Paraíba, e a escolha do local se deu por este reunir características necessárias ao desenvolvimento de uma comunidade, como “*fonte de água doce, pedra para cantaria e produção da cal necessárias à fábrica das edificações que abrigariam a população daquele nascente núcleo urbano*” (MOURA FILHA, 2005, p. 142). Seus fundadores atentaram também para a fertilidade das terras no entorno, propícias à implantação dos engenhos de açúcar, para a possibilidade de se construir um porto e fortificações que auxiliariam na proteção e desenvolvimento da cidade. Sua localização era estratégica, ficava a três léguas da barra do rio, utilizado como rota de entrada e navegação de embarcações de grande porte, que carregavam o açúcar a ser exportado, e seu entorno próximo era formado por terras férteis, onde se cultivava a cana-de-açúcar. A localização escolhida para a cidade permitia que esta cumprisse sua função de fiscalizar e administrar os interesses da Coroa portuguesa na capitania (MOURA FILHA, 2005, p. 144).

Segundo Juliano CARVALHO (2008), a implantação da primeira cidade se baseou na tríade “*aldeamento-engenho-fortificação*” (CARVALHO, 2008, p. 27), como demonstra a figura 1, com a cidade situada entre o forte, o campo, e os aldeamentos, facilitando as relações econômicas e de defesa, servindo o rio como rota de ligação e escoamento da produção de açúcar. No início da ocupação, a produção açucareira da capitania concentra-se no litoral, e a preocupação com o aproveitamento da terra suplanta outros interesses da coroa, como a questão religiosa.

Uma vez iniciada a colonização, podemos dizer que a “expansão da fé em Deus” – a primeira motivação do processo – rapidamente entra em conflito com o “proveito da terra” – a segunda. Isto porque, enquanto os moradores e o governador da capitania



tentam, por todos os meios, utilizar os índios aldeados como mão-de-obra compulsória para o trabalho nos engenhos e para as obras civis, ou como infantaria para o prosseguimento das guerras de conquista do território, os missionários os tentam manter, ao menos em parte, fora deste sistema, de modo a garantir o controle sobre sua catequização (CARVALHO, 2008, p. 27-29).

No início do século XVII a capitania apresentava um crescimento da produção açucareira, chegando a ocupar “o terceiro lugar em grandeza e riqueza das demais capitanias deste Estado, antecedendo-lhe apenas Pernambuco e a Bahia” (MOURA FILHA, 2005, p. 201).



Figura 1 Ocupação da Capitania da Paraíba em 1634, mostrando a localização da Cidade de Filipéia de N. S. das Neves e as fortificações, próximas ao Rio Sanhauá. Percebe-se a densa ocupação da várzea do Rio Paraíba pelos engenhos de cana-de-açúcar. CARVALHO, Juliano Loureiro de. *Formação Territorial da Mata Paraibana, 1750-1808*. Salvador: UFBA/ PPGAU / Dissertação de Mestrado, 2008, p. 30.



Este aumento da produção açucareira requiritava um número cada vez maior de pessoas, gerando um povoamento que tendia a ser mais enraizado e estável, contribuindo de forma mais efetiva no povoamento da capitania, sobretudo, devido ao aumento do tráfico de escravos africanos, a principal mão-de-obra dos engenhos até o fim do século XIX. Além dessa força de trabalho, as atividades do engenho reuniam uma grande quantidade de pessoas, que exerciam atividades relacionadas ao controle e fiscalização do trabalho escravo, e algumas voltadas para a administração do engenho, com suas relações de poder bem sedimentadas, o que demonstra que *“essa atividade acabou por influenciar na formação da sociedade e dos padrões de vida local, assumindo toda a região sob domínio daquela economia um perfil diferenciado”* (MOURA FILHA, 2005, p. 207).

O fato de ser uma cultura de exportação, destinada a abastecer em larga escala o mercado português e europeu, dava aos engenhos de açúcar características específicas, como a necessidade de grandes propriedades destinadas ao plantio da cana-de-açúcar, e extração de madeira para o funcionamento das fábricas e produção do açúcar (MOREIRA et. al., 1997, p. 47).

Assim, a cultura da cana-de-açúcar só se torna possível devido ao sistema de concessão de sesmarias²⁹ que possuíam grandes extensões de terra. As sesmarias eram medidas com o uso de unidades pouco precisas, em léguas ou quadras (uma, duas ou quatro) que, na verdade, devido as dificuldades de se precisar uma medição exata, serviam mais como forma de aproximação (CARVALHO, 2008, p. 32). Através da doação de terras, teve início a expansão da área de colonização da capitania em direção às várzeas dos demais rios da região, e ao interior.

Durante esse período [de 1586 a 1624], foram concedidas, através de vinte cartas de doação, vinte e quatro datas de terra abrangendo, além da cidade, as bacias dos Rios Gramame, Paraíba (em seus cursos inferior e médio), Mamanguape, Camaratuba e Curimataú, distribuídos na direção sul-norte ao longo do litoral. A ocupação das várzeas desses rios correspondeu, em termos temporais e de organização do espaço para “proveito” da terra, à lenta operação de “limpeza do terreno” que teve início a partir do segundo semestre de 1585 (GONÇALVES, 2007, p. 169).

²⁹ A limitação das doações só ocorreu em 1697, quando uma Carta Régia delimita a ocupação da terra a uma área de três léguas de comprimento por uma de largura (MELO, 1986, p. 36). A concessão de sesmarias foi definitivamente suspensa em 1822, mas só em 1850 é criada uma lei, conhecida como Lei 601 ou Lei de Terras de 1850, que instituiu a propriedade privada, com o objetivo de garantir o acesso a terra por meio da compra, determinando o fim da ocupação do solo devoluto. Assim, no século XIX, ocorre a transformação da terra em um produto mercantil, e o estabelecimento da propriedade privada (MOREIRA et. al., 1997, p. 49-50).



O que se verifica é que “a partir do centro, que é o conjunto cidade/fortificações/engenhos do Rio Paraíba, a posse da terra se expande pelos outros rios da Mata Paraibana” (CARVALHO, 2008, p. 34). Embora a atividade açucareira seja a grande impulsionadora deste processo, nem todas as sesmarias requeridas foram utilizadas na plantação de canaviais e engenhos. Um exemplo destas outras atividades, como mostra a Figura 2, são as que se localizam nas várzeas dos Rios Camaratuba e Mamanguape, que, apesar de propícias à atividade açucareira, se voltam para a criação de gado e lavouras de mantimentos, permanecendo a atividade canvieira concentrada na várzea do Rio Paraíba durante todo o século XVII (CARVALHO, 2008, p. 34).

Segundo Horácio de ALMEIDA (1958, p. 4), “pode-se dizer da Paraíba que o povoamento do seu território tanto se processou do litoral para o centro como do centro para o litoral”. A ocupação do Sertão³⁰, não se dá, apenas, com a conquista de terra partindo do litoral em direção ao interior da capitania. Christiane SARMENTO (2007, p. 34) demonstra que essa via contrária surge a partir da necessidade de se ligar a sede da administração colonial, em Salvador, com o território do Maranhão, conquistado em 1615, garantindo um contato com o Norte por terra, havendo a necessidade de se criar rotas de passagem.

Ocupar o Sertão da Paraíba era parte da estratégia de proteção necessária para consolidação da nova rota, embora não a margeasse, e se inseria numa idéia de ampliação de território e ocupação efetiva do Brasil, delineada entre a segunda metade do século XVII e início do XVIII. Tal fato aliado ao aproveitamento das ribeiras da bacia do Rio Piranhas, faz com que surjam os primeiros povoamentos, ao longo das estradas de penetração, através das fazendas de gado e da fundação de núcleos urbanos. A exploração econômica do Sertão se baseava na busca por metais preciosos, a captura de índios como mão-de-obra para os engenhos do litoral, e, principalmente, o alargamento das zonas de criação da pecuária. A ocupação efetiva do Sertão vai ocorrer no final do século XVII e início do XVIII, através da concessão de sesmarias a colonos vindos, principalmente, de Pernambuco e Bahia (SARMENTO, 2007, p. 35-38).

³⁰“No período colonial o Sertão compreendia o território ainda não conquistado, sendo utilizada a denominação sertão para as mais diversas áreas da Colônia. Na capitania da Paraíba havia vários sertões: Sertão do Curimataú, Sertão do Cariri, Sertão do Seridó, sendo também muito utilizada esta denominação no sentido de Ribeira – área de dominância de determinado rio.” (SARMENTO, 2007, p. 14 [nota de rodapé]). Atualmente estas áreas receberam uma nova denominação, compondo as macrorregiões e microrregiões da Paraíba, porém, neste tópico será utilizada apenas a nomenclatura “sertão” para denominar as áreas que não correspondam ao Brejo ou Zona da Mata/Litoral.

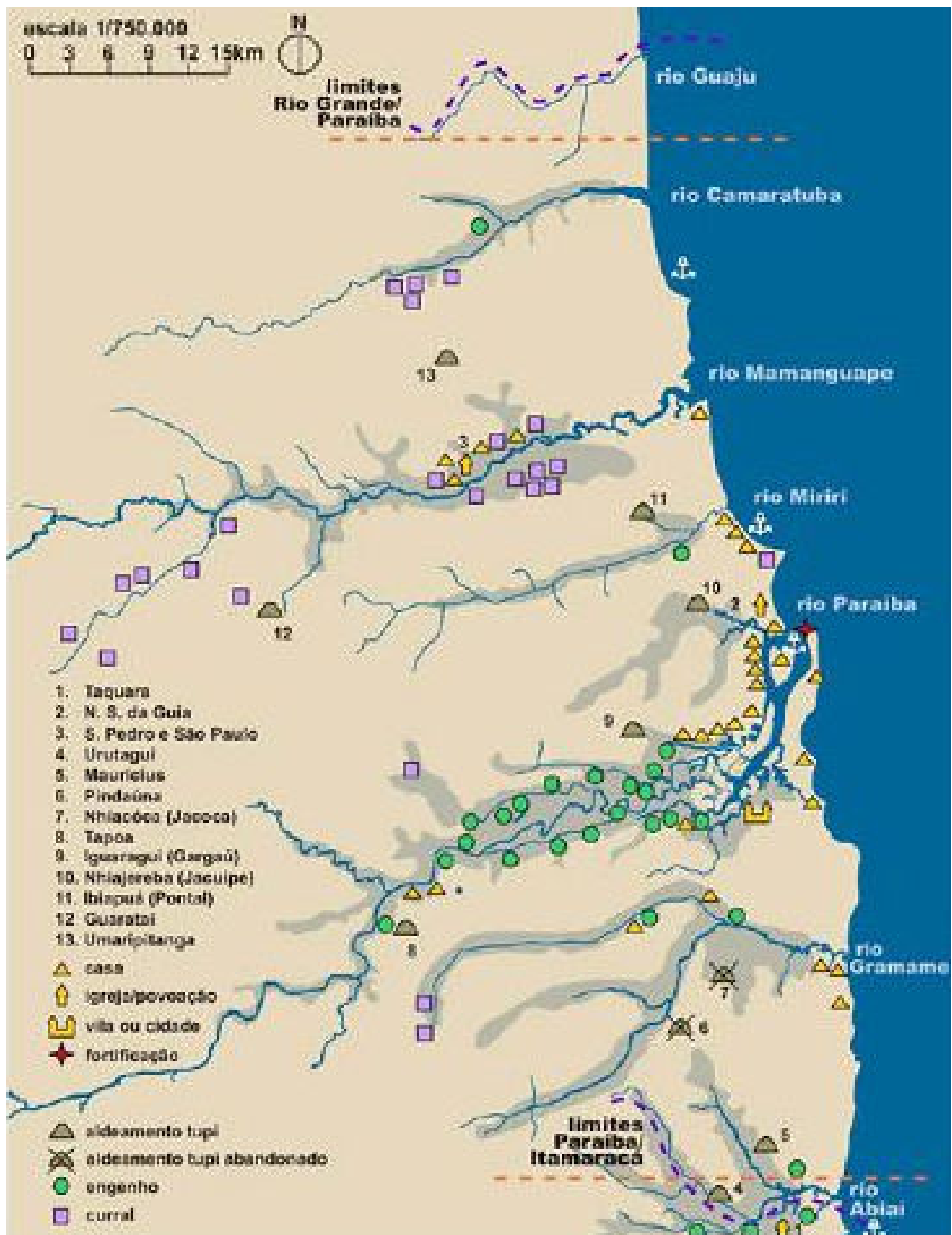


Figura 2 Ocupação da Paraíba em 1640, com a concentração da produção açucareira na várzea do Rio Paraíba e a ocupação dos outros rios por currais, lavouras e serrarias, com poucos engenhos esparsos. Redesenho do mapa de Georg Marcgraf, In: CARVALHO, Juliano Loureiro de. Formação ..., 2008, p. 35.



A atividade açucareira continuou restrita ao litoral, cabendo ao interior se especializar na produção de alimentos e na pecuária. O que ocorria é que nos períodos de crise açucareira aconteciam movimentos migratórios do Litoral em direção ao Sertão, devido a liberação de mão-de-obra dos engenhos. Esses trabalhadores ocupavam a região sertaneja e lá se estabeleciam em pequenas propriedades, produzindo alimentos como: milho, feijão, mandioca, etc. (MOREIRA, 1990, p. 13).

Durante esse processo de ligação do Sertão com o litoral, havia se iniciado a ocupação do Brejo Paraibano. Os primeiros contatos do colonizador com a região do Brejo acontecem ainda no século XVI, mas o processo de colonização se prolonga lentamente, durante quase dois séculos, tendo como base a agricultura (ALMEIDA, 1994, p. 16; FIÚZA *et. al.*, 1998, p. 39).

Esta região serviu como rota de passagem de produtos entre os extremos da capitania, como mostra a Figura 3, o que possibilitou o início do povoamento. Na Região do Brejo, a colonização se intensificou após 1700, devido a inserção na região das fazendas pecuárias, dos engenhos de açúcar e de pequenos povoados nas proximidades da bacia do Rio Mamanguape (ALMEIDA, 1958, p. 5, MORAES, 2008, p. 23).

Ao mesmo tempo que se povoa o sertão da Paraíba, prosseguiam as conquistas do litoral para o interior, através da caatinga e do Brejo, [...]. Deste modo, os dois núcleos coloniais da Paraíba, o do litoral e o do sertão, cresciam e caminhavam um para o outro, com plena consciência desse fato. A junção deve ter ocorrido por volta de 1695, [...]. (ALMEIDA, 1980, p.4).

Inicialmente, a ocupação do Brejo se baseia no cultivo de lavouras de subsistência, voltada para o mercado externo, e nas plantações de cana-de-açúcar, atividade produtiva importante por garantir a articulação entre o Brejo e outras regiões. A pecuária também se torna uma atividade fundamental para a região, pois, com a ocupação do Sertão, a região se torna local de *“descanso dos vaqueiros que levavam o gado para o interior, ou que voltavam com o rebanho para ser abatido e distribuído nos mercados do Litoral. Em função dessas áreas de pouso, foram surgindo, pouco a pouco, [...], os primeiros núcleos de povoamento”*. (FIÚZA *et al.*, 1998, p.42).



Figura 3 Mapa da ocupação da Capitania da Paraíba em 1700, com a presença de povoações no Sertão e no Cariri. Observar a existência de uma estrada principal que cruza toda a Capitania e de outras estradas secundárias. CARVALHO, Juliano Loureiro de. *Formação ...*, 2008, p. 51.

A economia do Brejo esteve, até o século XIX, vinculada ao abastecimento de gêneros alimentícios, sendo este considerado o “*celeiro do sertão*”, por atuar como pólo de abastecimento dessa região. Ente os séculos XVII e XIX as principais fontes de renda foram o algodão e a cana-de-açúcar, inicialmente com a produção do açúcar, que logo é substituído pela cachaça e rapadura, visando o mercado de Pernambuco e o Sertão.

Foi ali, naquelas baixadas úmidas e férteis, que a cana-de-açúcar encontrou campo favorável de cultura. As condições ecológicas eram propícias à economia canieira, como haviam sido para o algodão e depois o foram para o café e o agave. As chuvas constantes e bem distribuídas cooperavam com o homem no tamanho da lavoura,



permitindo colheitas compensadoras na época da estiagem. Essa cultura tinha seu domínio na zona propriamente do Brejo, de clima quente e úmido, até os limites do agreste, ao poente, onde a água se torna menos abundante, geralmente escassa, favorável, portanto, a outras lavouras (ALMEIDA, 1980, p. 32)

O algodão foi a primeira cultura a se destacar na região, paralelamente à produção de gêneros de subsistência como a farinha e a rapadura. A hegemonia algodoeira dura até a década de 1860, quando uma crise na produção faz se expandir a atividade canavieira, tornando-a a cultura principal do Brejo (MOREIRA et. al., 1997, p. 86). Devido às condições climáticas e de solo, a região do Brejo, chegou a abrigar uma quantidade considerável de engenhos, desde a metade do século XVIII (ALMEIDA, 1994, P. 20). Fato também apontado por Manoel Correa de ANDRADE (1997).

No fundo dos estreitos vales, é encontrado o fértil massapé, devido à grande quantidade de húmus que para ai é carregada pelas águas pluviais. A junção de dois ou três regatos alarga o vale permitindo a instalação das sedes dos engenhos, com suas moendas, seus assentamentos, seus alambiques, suas casas de farinha [...]. (ANDRADE, 1997, p. 17)

Por se caracterizar como um importante pólo de abastecimento, os comerciantes, que negociavam farinha e rapadura nas feiras, e os homens livres pobres contribuíram como agentes importantes na formação histórica e espacial do Brejo Paraibano, ao interferirem, com suas atividades itinerantes, no processo social de produção, circulação, distribuição e consumo de mercadorias (FERNANDES, 2008, p. 14).

Assim se deu a expansão do povoamento do território da Capitania da Paraíba, desde o final do século XVII até início do XIX, como mostra a Figura 4, impulsionada pela necessidade de ocupação do Brasil e pela produção econômica para abastecimento local e da metrópole.

Em relação ao Brejo, o que se percebe é que, embora tenham existidos outros atrativos econômicos na região, como a pecuária e a cultura de subsistência, foi o algodão, em um momento inicial, e, principalmente, a cana-de-açúcar que de fato definem o modo de vida da população nascente, devido às relações comerciais e às condições de clima e relevo propícias.

Essa região possuía como principal núcleo urbano a atual Cidade de Areia, que englobava, praticamente, todos os atuais municípios que hoje integram a região, e cuja trajetória será explorada posteriormente.

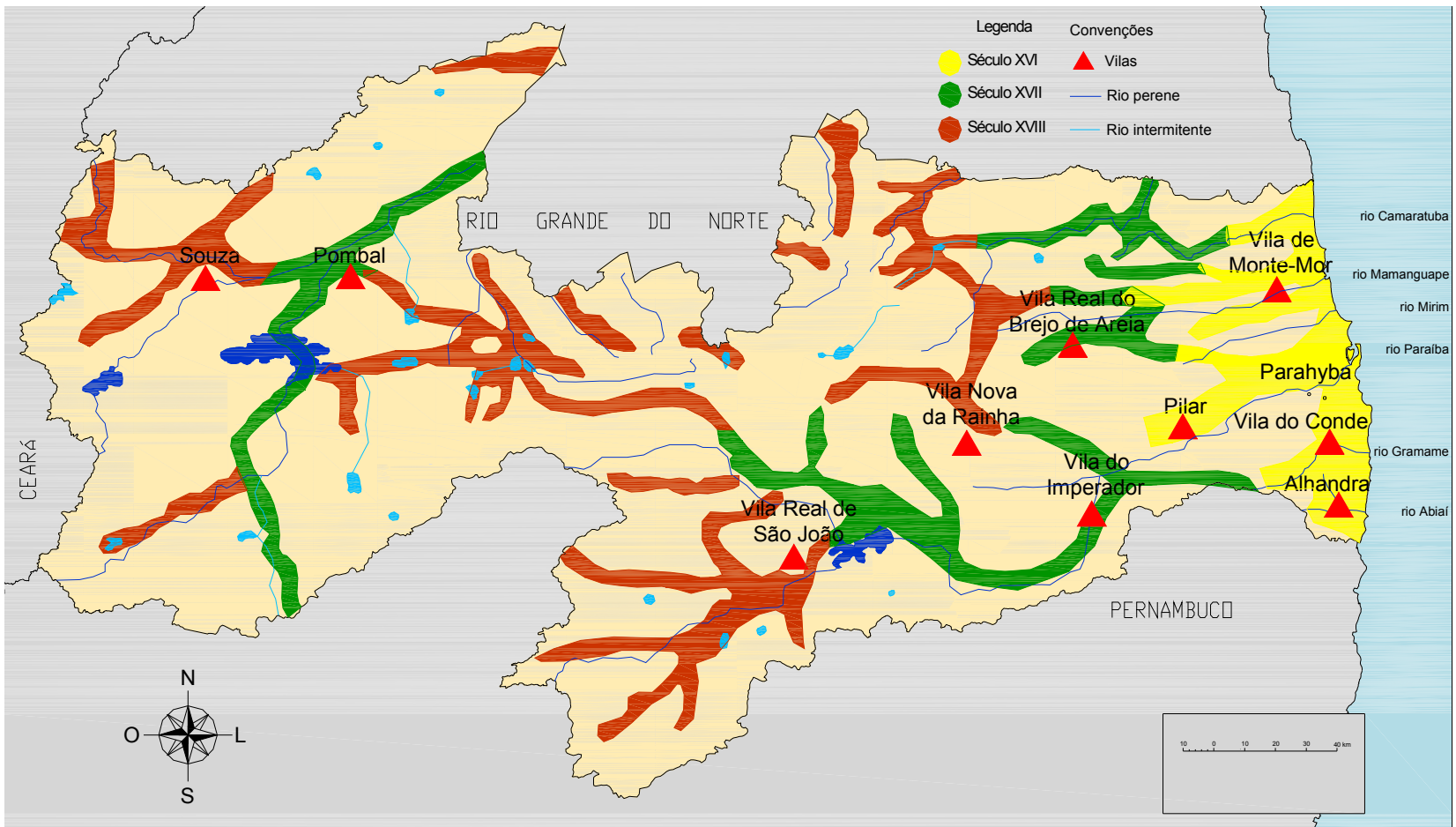


Figura 4 Mapa da Paraíba mostrando os avanços da ocupação territorial durante os séculos XVI, XVII e XVIII. Redesenhado a partir do mapa de MORAES, Carla Gisele Macedo Santos Martins. Areia - Paraíba: morfologia e desenvolvimento urbano (séculos XVIII, XIX e XX). Recife: UFPE / MDU / Dissertação de Mestrado, 2008, p. 21.



O descuido de se tomar:
A importância da paisagem cultural dos engenhos de
cachaça e rapadura como patrimônio do município de Areia.
Anna Cristina Andrade Ferreira



2.2. Areia: da formação urbana a um patrimônio reconhecido

O atual município de Areia se localiza na microrregião do Brejo Paraibano³¹ (figura 5), está implantado no lado oriental do relevo íngreme da serra da Borborema, a 622 metros de altitude, com uma extensão territorial de 630 Km².

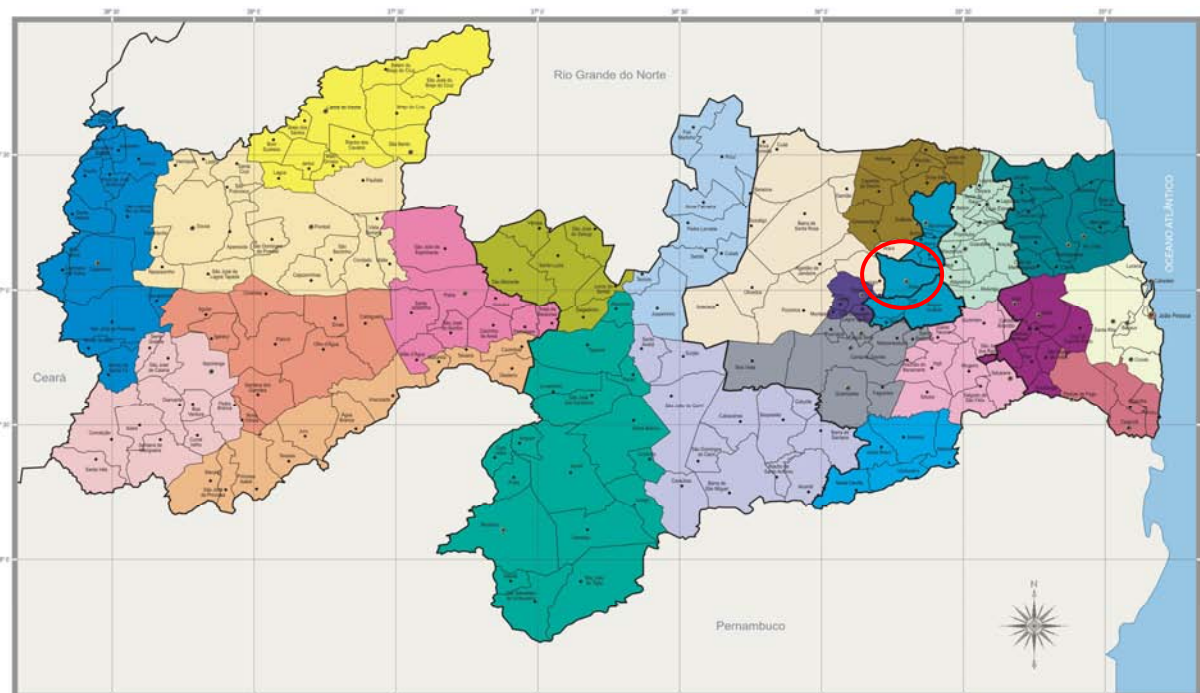


Figura 5 Divisão fisiográfica do estado da Paraíba, mostrando suas microrregiões, destacando-se a cidade de Areia no Brejo Paraibano. Mapa da AESA - Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba, 2000.

Assim como a Região do Brejo Paraibano, onde se insere, a ocupação do território que viria a se tornar a cidade de Areia teve sua ocupação relacionada às rotas de passagem entre o Litoral e o Sertão. Isto se deu, a partir do século XVII, pelos colonizadores, inicialmente servindo de pousada para aqueles que realizavam o intercâmbio comercial entre o Sertão e o Litoral (MORAES, 2008, p. 30). Essa ocupação inicial esta representada na Figura 6.

³¹O Brejo ocupa uma pequena região da Paraíba, além da encosta oriental do Planalto da Borborema, caracterizada como mancha úmida em meio ao semi-árido que se destaca pela existência de vales e encostas com condições de solo, hidrografia e clima propicias à lavoura da cana-de-açúcar e outras culturas de subsistência (ANDRADE, 1997, p.16).

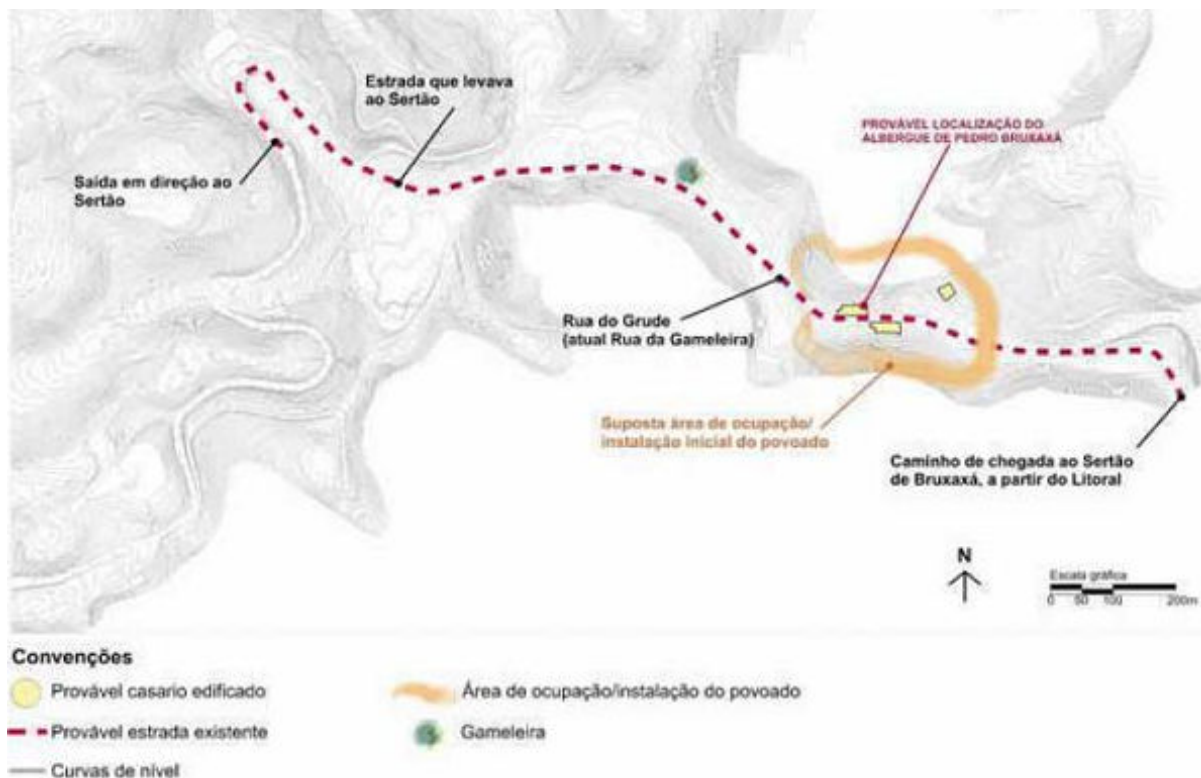


Figura 6 Ocupação inicial de Areia em 1701. MORAES, Carla Gisele Macedo Santos Martins. Areia - Paraíba: morfologia e desenvolvimento urbano..., 2008, p. 34.

Segundo Alexandre FIÚZA *et al.* (1998, p. 39), durante a ocupação da Paraíba, diversos núcleos de povoamento se iniciavam a partir dos currais, instalados para pouso de tropeiros e mascates. No Brejo, isto ocorre de maneira lenta, e, embora a povoação tenha se iniciado no século XVII com a cultura e comércio do algodão, será impulsionada apenas no final do século XVIII, com a cana-de-açúcar (FIÚZA *et al.*, 1998, p.45).

O sítio, que daria origem à atual cidade de Areia, pertencia a Vila de Monte-mor da Preguiça (atual Mamanguape), como mostra a figura 7, sendo inicialmente composto apenas por um curral à margem da estrada, que servia de recolhimento do gado, e foi em torno desta primeira ocupação, que nasceu o povoado, que não demorou a começar a crescer e a espalhar-se pelos terrenos escassos no topo da serra da Borborema (ALMEIDA, 1958, p. 3).

[...] no sopé ocidental do monte onde hoje está localizada a cidade, às margens do riacho de Areia, nas terras do que seria mais tarde, o engenho Saboeiro, cruzavam-se os caminhos que ligavam ao litoral ao sertão. Neste local, os tropeiros e boiadeiros paravam para descansar e pernoitar. Em pouco tempo, atraídos pelo movimento, chegaram aqueles que viriam a ser os primeiros habitantes da povoação de “Brejo de Areia (FIÚZA *et al.*, 1998, p. 45-46).

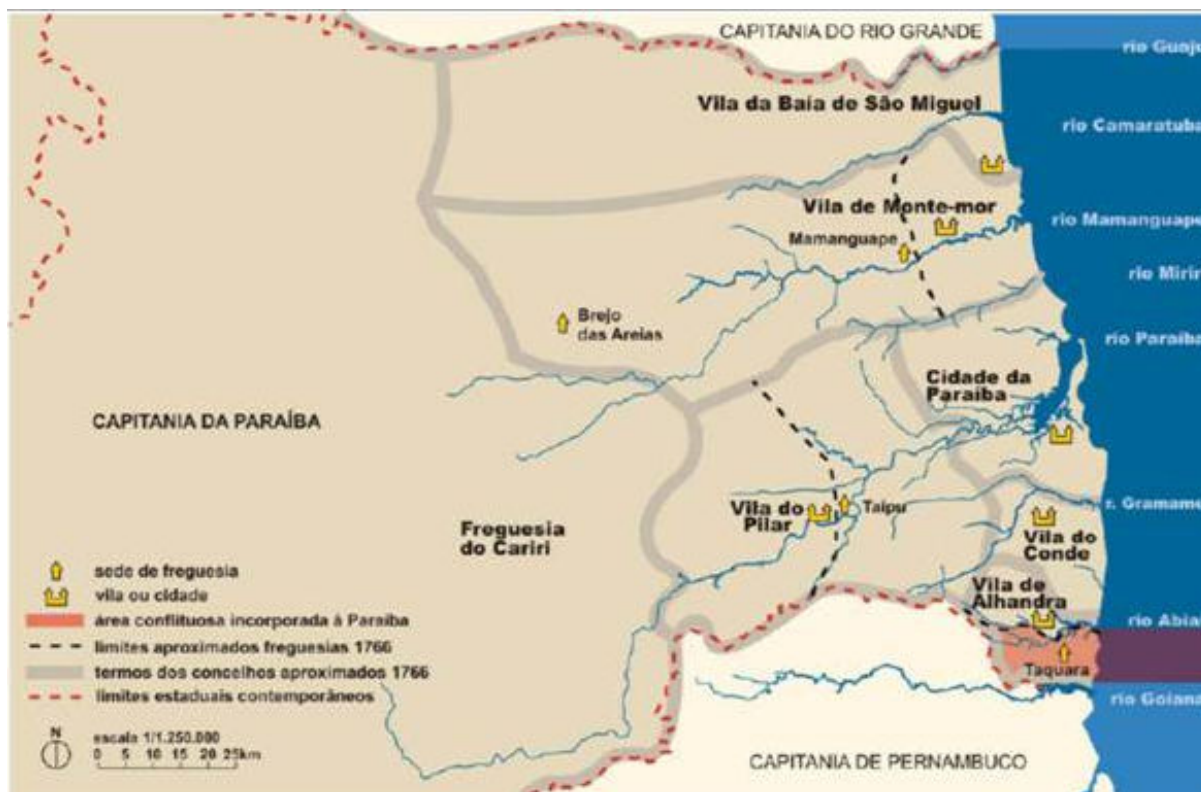


Figura 7 Mapa da ocupação da Capitania da Paraíba em 1766, após a criação de novas Vilas. CARVALHO, Juliano Loureiro de. Formação ..., 2008, p. 120.

Na década de 1760, “vários povoados, ligados entre si por estradas, já haviam se instalado no Brejo. Existiam também alguns engenhos rudimentares feitos de madeira e montados em palhoças sobre armações de almanjarras” (FIÚZA *et al.*, 1998, p.46). Neste período Areia apresenta um aumento da população, inclusive com engenhos em funcionamento, se destacando na produção agrícola da região.

A freguesia de Areia foi criada por provisão de 29 de junho de 1813, sob o patrocínio de Nossa Senhora da Conceição, mas sua emancipação política só vem a ocorrer dois anos depois, sendo cortados os últimos laços que a ligavam a Vila Real de Monte Mor da Preguiça. A Vila Real do Brejo de Areia foi instituída por alvará régio de 18 de maio de 1815, sendo a nona vila da Paraíba, e seu território englobava as povoações de Alagoa Grande, Espalhadas, Pilões, Arara, Mata Limpa e Lagoa do Remígio, sendo o maior município do Brejo Paraibano (ALMEIDA, 1958, p. 10-11). Hoje conta-se dentro do território de Areia apenas a povoação de Mata Limpa e outros pequenos distritos.

Em 1833, Areia recebe a Segunda Comarca da Paraíba, sendo a primeira a da capital e a terceira a de Souza. A vila é elevada à cidade em 1846, pela Lei n.º 2, de 18 de maio, sendo a



primeira em ordem cronológica, em toda a Província, com exceção da capital. Sua população aumentava e prosperava economicamente, sendo por muito tempo o maior centro comercial do interior. Como já mencionado, a feira de Areia era conhecida como um importante centro de abastecimento do Sertão e das praças vizinhas, auxiliando no povoamento da região (FERNANDES, 2008, P. 68). O município produzia e comercializava algodão, rapadura, aguardente, açúcar, farinha de mandioca, fumo e cereais, em larga escala, e até um pouco de café, abastecendo todo o Sertão da Paraíba (ALMEIDA, 1958, p. 36)

Lançando um olhar sobre a estruturação espacial de Areia, observamos que sua implantação urbana acompanha as curvas do relevo íngreme, de acordo com a imagem aérea da figura 8, com os edifícios posicionados no alto da serra, contornando seus acidentes geográficos. Observa MORAES que “a tipologia das edificações ainda hoje reflete a dificuldade de adaptação ao terreno íngreme, utilizando artificios, como a criação de porões e de desvãos de ventilação dos pisos” (MORAES, 2008, p. 46).



Figura 8 Vista aérea da cidade de Areia mostrando sua localização sobre o relevo da Serra da Borborema. Fotografia de Dirceu Tortorello, s/d.

A primeira rua da vila se chamava Rua do Grude, e sua configuração se deu a partir do caminho de passagem dos tropeiros do litoral para o Sertão. A despeito do progresso que se operou ao longo do tempo, essa rua manteve, por dois séculos, um agrupamento de casas de palha, bem na entrada do lado oriental de Areia (ALMEIDA, 1958, p. 6). O quadro 1 mostra a ordem cronológica em que surgem os primeiros logradouros em Areia, e as figuras 9 e 10 demonstram como se deu a expansão urbana durante o século XIX.



Quadro 1. Logradouros existentes em Areia (século XVIII e XIX)

Século	Provável surgimento	Nome inicial do logradouro	Nome atual do logradouro
XVIII	1780-1800	Rua do Grude	Rua da Gameleira
XIX	1800-1820	-	Rua Dr. Cunha Lima
XIX	1800-1850	-	Rua Coelho Lisboa
XIX	1800-1850	Rua do Comércio	Rua 3 de Maio
XIX	1800-1850	Rua da Matança	Rua Santa Rita
XIX	1800-1850	Rua Direita	Rua Pres. Getúlio Vargas
XIX	1800-1850	Rua dos Quatro Cantos	Rua Costa Machado
XIX	1810-1818	Rua do Sertão	Rua Pedro Américo e Rua Xavier Junior
XIX	1810-1818	Rua Nova	Rua Vigário Odilon
XIX	1818	-	Rua Abel Silva
XIX	1818	Beco do (Marinheiro) Jorge	Beco do Jorge
XIX	1821	Rua Grande; Largo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Praça Pedro Américo e João Pessoa
XIX	1845	Rua do Pirunga	Rua Professor Antonio Benvindo
XIX	1847	Forca (Campo das Execuções)	Rua da Gameleira (Grupo Escolar Álvaro Machado e Maternidade)
XIX	1851	Ladeira da Volta	Sem nome (na saída da cidade após a Rua Xavier Junior)
XIX	1851	Largo da Feira	-
XIX	1851	Pátio da Cadeia Velha	-
XIX	1851	Rua do Bonito	-
XIX	1851	Rua do Rosário	Rua Dr. José Evaristo
XIX	1886	Largo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Praça Ministro José Américo de Almeida
XIX	1892	Jardim Público	Inexistente

Fonte: MORAES, Carla Gisele Macedo Santos Martins. *Areia - Paraíba: morfologia e desenvolvimento urbano...*, 2008, p. 58. Com dados de ALMEIDA, 1980; CAJU & CAVALCANTI FILHO, 2005; FIÚZA et al., 1998; IBGE 1960; OLIVEIRA SOBRINHO, 1958; e ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO, 1847.



O descuido de se tomar:
A importância da paisagem cultural dos engenhos de
cachaça e rapadura como patrimônio do município de Areia.
Anna Cristina Andrade Ferreira

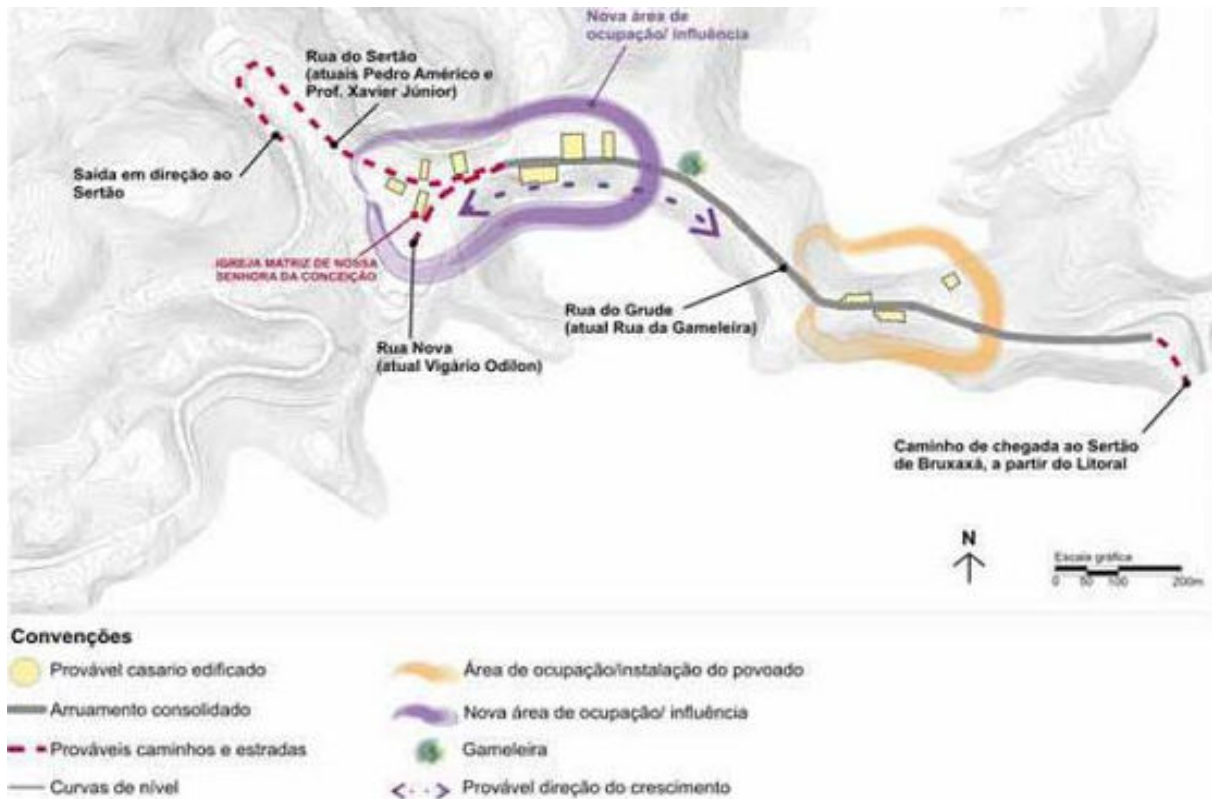


Figura 9 Ocupação de Areia em 1801. MORAES, Carla Gisele Macedo Santos Martins. *Areia - Paraíba: morfologia e desenvolvimento urbano...*, 2008, p. 39.

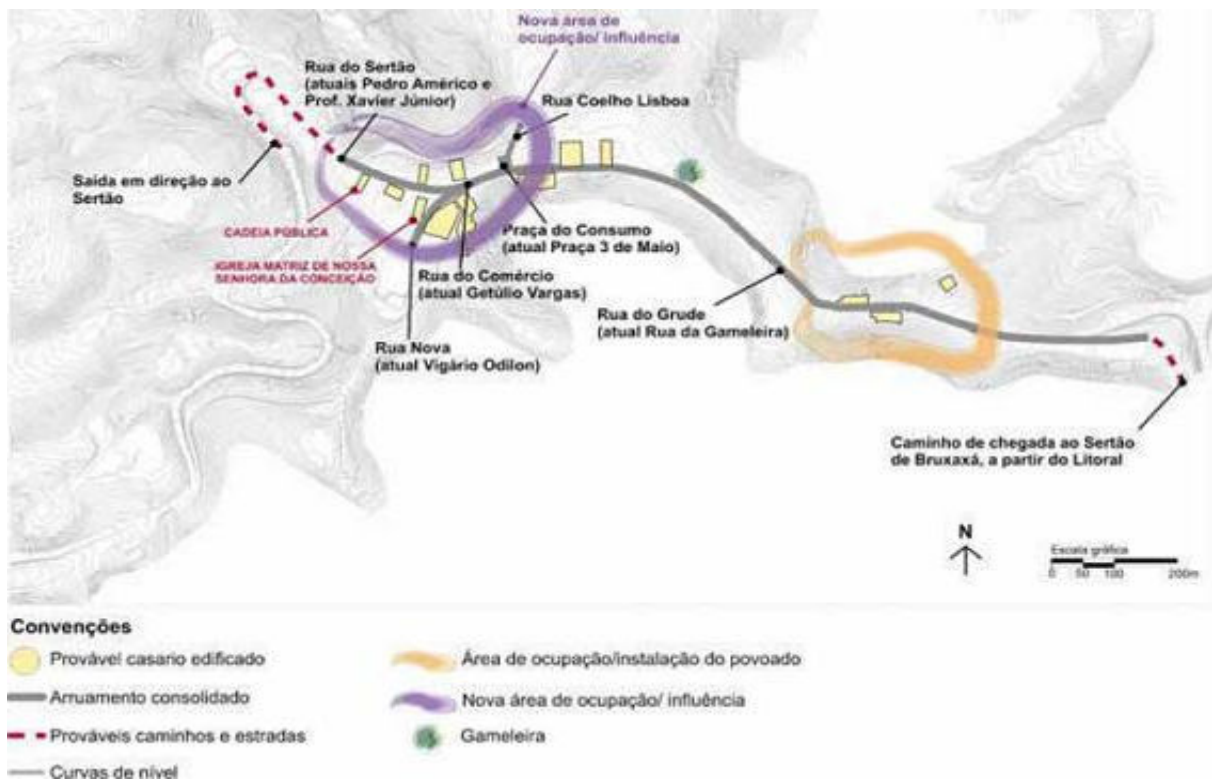


Figura 10 Ocupação posterior, em 1821. MORAES, Carla Gisele Macedo Santos Martins. *Areia - Paraíba: morfologia e desenvolvimento urbano...*, 2008, p. 45.



O primeiro sobrado da vila foi construído em 1818, por um português chamado Jorge Torres, que havia chegado à Areia no início do século. Além do sobrado, ele erigiu uma rua inteira no povoado, muitas casas de morada, armazém e instalações de beneficiamento de algodão, além de fundar algumas propriedades rurais, o engenho Macaíba, e os sítios Pirunga e Bonito (ALMEIDA, 1958, p. 14).

Em data anterior a 1800 a localidade já possuía uma capela, no local onde hoje se ergue a matriz, dedicada a Nossa Senhora da Conceição. Inicialmente, esta capela era apenas um casarão de palha, atravessado no meio da rua, estando próximo a uma pequena lagoa, o que influenciou a configuração das primeiras ruas, tendo a via principal que ser bifurcada na direção da igreja. Havia outra igreja no povoado, dedicada a Nossa Senhora do Rosário, iniciada por uma irmandade de negros. Acredita-se que o início de sua construção seja anterior ao da matriz, porém, ela permaneceu inacabada durante longos anos, e só em 1865 o governo da província concedeu uma verba para o andamento das obras, sendo concluída em 1886 (ALMEIDA, 1958, p. 8-11).

Os senhores de engenho que conseguiam acumular alguma riqueza, possuíam casa na cidade, ocupada durante os períodos das festas religiosas. Essas casas ajudaram no desenvolvimento e na delimitação da área urbana, que se expandia à medida que uma nova rua era criada e uma nova edificação implantada. Um exemplo da influência dos produtores de cana-de-açúcar para o desenvolvimento da cidade foi o caso do senhor conhecido como “Casusa do Macaco” (José Cavalcanti de Albuquerque), senhor do engenho Macaco. Ele construiu um vistoso sobrado, situado na Rua Nova, hoje Rua Vigário Odilon, depois transformado em casa paroquial pelo vigário Odilon Benvindo, e posteriormente demolido (ALMEIDA, 1958, p. 120). Outro exemplo é o comerciante e senhor do Engenho Vaca Brava, o senhor Santos da Costa Gondim, que edificou um sobrado na cidade, em 1850 (ALMEIDA, 1958, p. 16).

Além disso, o próprio processo de crescimento de Areia se deu, fundamentalmente, em função das propriedades rurais circundantes. Sua forma urbana se desenvolveu preenchendo aquelas áreas que não pertenciam às propriedades agrícolas ou que foram cedidas pelos proprietários rurais. “*Os engenhos e fazendas de café, algodão, gêneros alimentícios ou de gado e, posteriormente, as usinas, se estruturaram ao redor da cidade e, de certa maneira, ditaram algumas direções seguidas*” (MORAES, 2008, p. 156).



Tão importante quanto a agricultura era a atividade comercial, que requereu a construção de uma estrada ligando Areia à capital, visando a expansão dessa atividade, fato que ocorreu entre 1849 e 1851 (CAJU & CAVALCANTI FILHO, 2005, p.24).

A cidade crescia em população e prosperava em riqueza. Por muito tempo foi o maior centro comercial do interior, fechando à capital as portas do Sertão. E como suas relações de negócio eram mantidas de preferência com as praças de Pernambuco, resolveu o governo abrir uma estrada da capital até Areia, com o objetivo de conquistar aquele mercado. (ALMEIDA, 1980, p. 36)

Outro importante eixo de expansão da cidade, que liga a igreja do Rosário e a Igreja Matriz, foi a Rua Direita, logradouro característico da implantação colonial portuguesa, hoje chamada Rua José Evaristo (CAJU & CAVALCANTI FILHO, 2005, p. 24-25). A estrutura urbana da cidade esta representada na figura 12.

Há diversos fatores que comprovam a importância de Areia para a capitania da Paraíba, uma delas foi a instalação da primeira escola primária, em 1822, uma honraria, considerando que até 1850 funcionavam, em toda a província, apenas 37 escolas públicas, com uma frequência inferior a mil alunos (ALMEIDA, 1958, p. 122). Em 1859, foi inaugurado o Teatro Recreio Dramático, atualmente Teatro Minerva (Figura 11), o primeiro teatro da Paraíba, representando os ideais de progresso e civilidade da época como esclarece Berthilde MOURA FILHA (1998).

Nas cidades que demonstravam crescimento urbano surgia uma demanda por lazer e convívio social, sendo as artes cênicas um importante veículo de cultura e civilização, logo se faziam presentes nestes centros. De início as iniciativas vinham de sociedades particulares ou de grupos amadores, só em um momento posterior os teatros começam a figurar entre o repertório de obras do poder público, baseado na idéia de que eles representavam progresso e civilização (MOURA FILHA, 1998, p.6).



Figura 11 Teatro Minerva, antigo Recreio Dramático. Fotografia de Carlos Oliveira Reis, s/d.

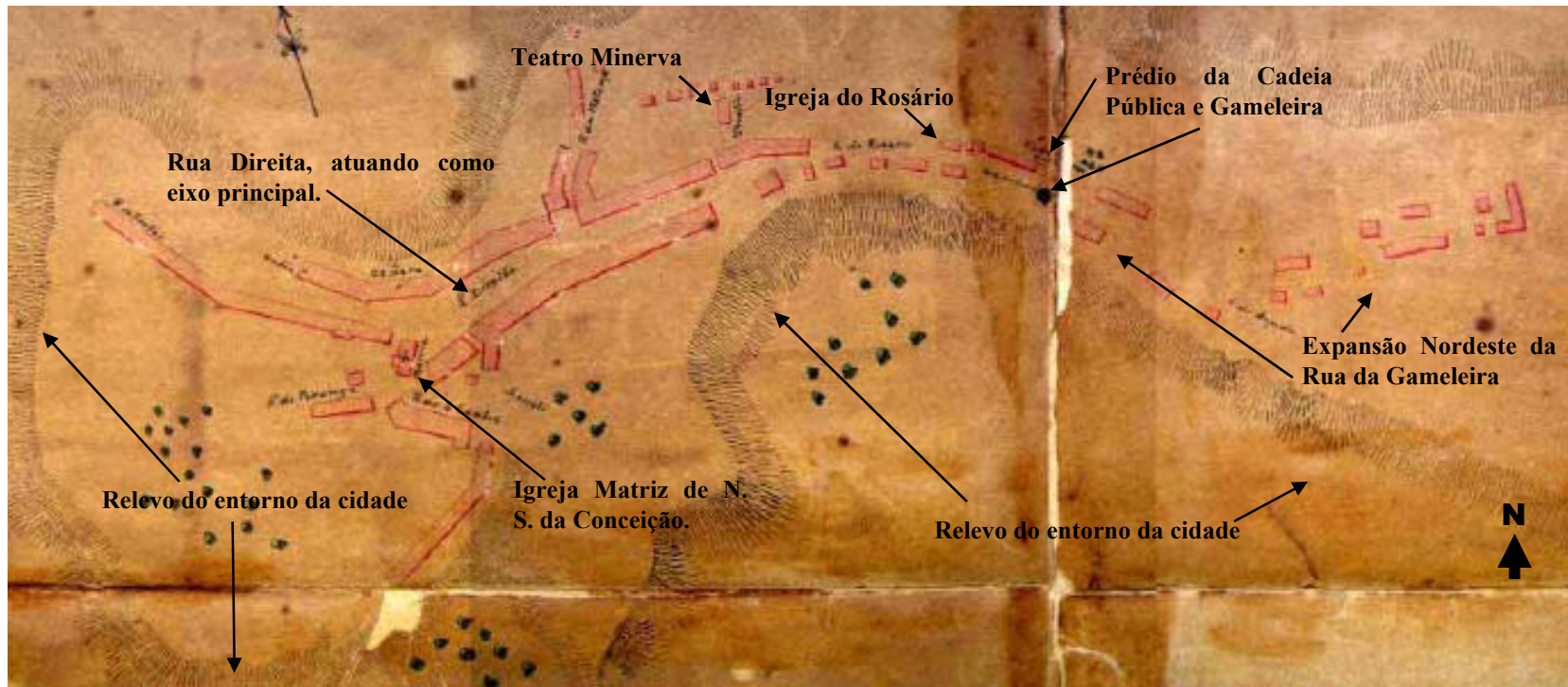


Figura 12 Ocupação de Areia em 1847, mostrando a expansão urbana e populacional. Fonte: Arquivo Histórico do Exército (RJ); MORAES, Carla Gisele Macedo Santos Martins. Areia - Paraíba: morfologia e desenvolvimento urbano (séculos XVIII, XIX e XX). Recife: UFPE / MDU / Dissertação de Mestrado, 2008, p. 21.



O descuido de se tombar:
A importância da paisagem cultural dos engenhos de
cachaça e rapadura como patrimônio do município de Areia.
Anna Cristina Andrade Ferreira



Na segunda metade do século XIX, a cidade de Areia vive um breve apogeu devido a um período de prosperidade dos engenhos (ALMEIDA, 1958, p. 100-103). Este foi um momento de grande progresso para a cidade, com o desenvolvimento do comércio e a diversificação das atividades culturais, além da construção das casas mais imponentes da cidade e melhorias na estrutura urbana (GARCIA JUNIOR, n/d, p. 14-15).

A prosperidade dos engenhos é interrompida por volta de 1884, com o início de uma crise na produção canavieira, sendo a recuperação econômica do município alcançada com a produção do sisal. A mudança de atividade garantiu a continuidade no crescimento da cidade, que ostentava uma fisionomia de progresso, como mostram as figuras 13 e 14, com ruas calçadas, colégios, biblioteca, jornais, banda de música, sociedade dramática, clube de dança e um comércio satisfatório, completando o quadro urbano. Mas pouco dura o reinado do sisal, e logo os engenhos de cana-de-açúcar voltam a funcionar novamente (ALMEIDA, 1958, p. 115).



Figura 13 Aspecto da rua central ao final do século XIX e início do XX. GUEDES, Rafaela Mabel. *Revitalização ...*, 2006, p. 19.



Figura 14 Casa de comércio no início do século XX. GUEDES, Rafaela Mabel. *Revitalização Urbana ...*, 2006, p. 19.

O declínio econômico de Areia tem início com a chegada do século XX e a instalação, a partir de 1900, da estrada de ferro que ligaria a capital ao Rio Grande do Norte, sem passar pelo município. O trecho ferroviário da capital à Guarabira, inaugurado em 1884, prossegue até o Rio Grande do Norte, assim, “*Mulungu liga-se a Alagoa Grande em 1901, Itabaiana a Campina Grande em 1907, Guarabira a Borborema em 1913, fechando o cerco em torno de Areia, e acentuando a crise na economia canavieira*”. A cidade se torna tão esgotada de recursos que começa a ocorrer uma diminuição demográfica. (ALMEIDA, 1958, p. 104)



Durante o período de 1908 a 1912, foi iniciada a construção da estrada de rodagem que ligaria Areia e Alagoa Grande, numa tentativa de escoar os produtos agrícolas de Areia através dos trilhos do trem, que se estenderam até esta cidade vizinha. Mas esta iniciativa não foi suficiente para reverter o processo de decadência econômica e de esvaziamento das feiras e do comércio de Areia, provocada pelo cerco da estrada de ferro (CAJU & CAVALCANTI FILHO, 2005, p. 30).

O projeto inicial do ramal ferroviário previa um trecho que chegaria a Areia, mas este nunca foi executado, apesar das constantes solicitações para que a linha ferroviária se prolongasse até a cidade (ALMEIDA, 1958, p. 39). Sem o transporte ferroviário, Areia continuou a depender de sua agricultura e de dois importantes empreendimentos implantados no século XX: a Usina Santa Maria e a fábrica de Fiação e Tecelagem Arenópolis, dois elementos que alteraram a feição urbana original da cidade, além de abalar sua economia.

Em especial, o funcionamento da Usina Santa Maria, instalada na década de 1930, provocou uma forte alteração na produção canavieira, pois ao longo de sua existência esta adquiriu e arrendou terras de vários engenhos da região e ampliando as áreas de plantio da cana. A usina teve, ainda, uma importante influência na modificação da área rural do município e na configuração do espaço urbano de Areia, devido às alterações nas relações trabalhistas e a diminuição da oferta de emprego. Isto ocorreu porque muitas propriedades pararam de funcionar, servindo apenas como terras para o plantio da cana e os trabalhadores rurais migraram para a área urbana em busca de emprego, construindo suas moradias nas áreas de encosta, em lotes desordenados, e criando novos núcleos de ocupação, afastados do eixo principal e da especulação imobiliária (FIÚZA *et. al.*, 1998, p. 110).

Esta conjuntura de mutação da cidade é notada claramente nos dias atuais, onde é possível flagrar a ocupação das encostas, vales e margens de rios, num processo que compromete sua paisagem urbana e seu entorno (MORAES, 2008, p. 60).

Mesmo com todas as transformações por que passou ao longo dos anos, o núcleo urbano inicial de Areia, que configura seu Centro Histórico, manteve a estrutura urbana inicial, com o arruamento praticamente inalterado. As principais mudanças verificadas se voltam para o âmbito da “*imagem urbana*”, pois as edificações passaram por intervenções que visavam a modernização, “*comprometendo a homogeneidade formal que caracterizava a tradição arquitetônica da cidade*” (CAJU & CAVALCANTI FILHO, 2005, p. 41).



MORAIS (2008) classifica a expansão urbana de Areia em quatro fases, delimitadas cronologicamente.

A primeira fase abrangeu o século XVIII e configurou o processo de reconhecimento e ocupação inicial do sítio, mas não deixou testemunhos construídos que a representassem até o presente. A segunda etapa, compreendida entre 1801 e 1850 representa o momento de fortalecimento de Areia enquanto núcleo urbano, uma vez que se criam as condições necessárias para seu reconhecimento como vila e, três décadas depois, como cidade. Desta etapa restam alguns ícones importantes, como as duas igrejas católicas, além de significativas construções civis. A terceira fase, acontecida na segunda metade do século XIX, representa o período de maior crescimento urbano e o princípio da modernização da cidade, seguido de um período de forte decadência econômica, que culminará com a estagnação quase que completa de sua economia no século seguinte. As fachadas que Areia atualmente ostenta revelam, em sua maioria, as feições desta fase de seu desenvolvimento. Por fim, a quarta fase de crescimento de Areia é iniciada no século XX e perdura até o presente; tem como caracteres mais significativos as ocupações periféricas recentes e o alargamento do tecido para além dos eixos principais de desenvolvimento, conservados até o final do século XIX (MORAES, 2008, p. 210).

Sua implantação inicial não pode ser considerada como tendo motivações casuais, sendo ditada pelo relevo, pela localização estratégica de alguns elementos urbanos, como as igrejas católicas, pelas propriedades rurais, sobretudo os engenhos, que ajudaram a delimitar a ocupação de seu espaço urbano, e pelos obstáculos ao crescimento em determinadas direções, devido à impossibilidade de adequação à situação topográfica. Todos esses fatores urbanos, sua arquitetura, sua trajetória de desenvolvimento econômico e sua importância como exemplo de implantação de cidade colonial, semelhante e ao mesmo tempo diferente de outras cidades brasileiras, reforçam a importância de Areia como patrimônio cultural e histórico.

Portanto, devido à importância histórica, paisagística, arquitetônica e urbana, Areia teve seu núcleo urbano reconhecido como patrimônio estadual, através do Decreto nº. 8.312, de 8 de dezembro de 1979, e em 2006, seu centro histórico foi tombado como patrimônio histórico nacional, através do Processo de Tombamento N° 1489-T-02. Mas toda a história contida em sua área rural não representa parte deste mesmo processo de construção desta realidade? E quais valores culturais podem estar aí depositados?



2.3. A paisagem cultural de Areia

A economia de Areia, desde o século XVII, está estruturada na agricultura. Mas ao contrário do que ocorreu em outras regiões do nordeste, onde a cultura canavieira foi a principal atividade econômica desde a colonização, no Brejo surge uma diversidade bem maior de culturas (FIÚZA *et. al.*, 1998, p. 39).

Constantemente, durante toda a história de Areia, as soluções para os problemas econômicos foram buscadas através da substituição de produtos agrícolas. Por conta disso, suas propriedades rurais já produziram, cronologicamente, o algodão, a cana-de-açúcar, o agave, e, mais recentemente, a agricultura vem sendo trocada pela pecuária, estando estas mudanças a mercê das variações dos preços do mercado. Refere Horácio de ALMEIDA (1958) que “*entre cada uma destas substituições, [ocorria] um período de crise, de decadência, que muitas vezes se prolongava por muito tempo*” (ALMEIDA, 1958, p. VIII). Quando a situação melhorava, o novo produto agrícola impulsionava a comunidade a empreender uma retomada do desenvolvimento da cidade e do comércio. Entre uma cultura e outra, a cana-de-açúcar aparece como a que não chegou a ser totalmente abandonada. Quando as crises nos preços ou as pragas faziam com que uma cultura declinasse, a cana voltava a ocupar as áreas rurais e os engenhos a funcionar na fabricação da rapadura.

A ocupação de terras no Brejo, de início, foi realizada através do sistema de sesmarias, que eram distribuídas de favor para quem as requeresse, visando suprir a necessidade de explorar aquelas terras. Como exemplo, “*em 1725 o mestre de campo Matias Soares Taveira requereu lhe fosse concedida uma sesmaria em terras devolutas, que disse ter achado no Sertão de Bruxaxá, indicando por peão da mesma o olho d’água da Jussara*” (ALMEIDA, 1958, p. 7). Procedimento praticado por outros posseiros naquela época, cuja maioria requeria datas de terras com até três léguas de extensão por uma de largura, que depois eram vendidas sem qualquer dispêndio, e com o tempo foram divididas dando origem a outras propriedades, situadas a curta distância uma das outras (ALMEIDA, 1958, p. 8).

As antigas sesmarias foram repartidas em centenas de propriedades desde a época da colonização, divididas entre herdeiros ou vendidas em glebas. O número de propriedades rurais passava dos mil no início do século XX, contando com as pequenas propriedades e os mais de cem engenhos, como demonstra a figura 15. Porém, existia uma tendência na



diminuição desse número, pela anexação dos pequenos sítios aos estabelecimentos agroindustriais.

As várzeas dos rios, nas baixadas úmidas e férteis entre as encostas dos morros, formavam as áreas mais apropriadas para plantação da cana-de-açúcar, como mostra a figura 16. As condições de solo e clima eram tão propícias à cultura canavieira, como haviam sido para o algodão e depois para o café e o agave. As chuvas constantes e bem distribuídas cooperavam para o cultivo da lavoura.

Na zona propriamente do Brejo exuberante vegetação cobria a terra feroz. A mata verde, de árvores gigantescas, na virgindade dos seus bosques, dominava pelas encostas dos morros até o alto das quebradas, enquanto lá embaixo, nas várzeas de massapê, entre fios perenes de água corrente, os partidos de cana completavam o fundo da paisagem. [...] Nas terras dos engenhos, livres de latifúndios, os bangüês se situavam a pequena distância um do outro, alimentados de matéria-prima que o dono da terra cultivava. Eram engenhos primitivos, que davam uma produção diminuta, mas suficiente para manter a economia do município e a independência da classe produtora (ALMEIDA, 1958, p. 32).

Era assim em quase todo o território, sua fisionomia só se alterava na direção do poente, no limite com a microrregião do Curimataú, onde a terra é seca e impermeável, de água salobra e vegetação raquítica. O município de Areia não é banhado por nenhum rio de importância, sendo sua hidrografia formada pelos afluentes do rio Mamanguape e do rio Bananeiras. No entanto, são muitos os córregos que cortam o município em todos os sentidos, sendo os mais volumosos o Vaca Brava e o Serrinha, que foram de extrema importância quando da fixação do homem nessa região (ALMEIDA, 1958, p. 34).